

No. 28472

**BRAZIL
and
PHILIPPINES**

Convention for the avoidance of double taxation and the prevention of fiscal evasion with respect to taxes on income (with protocol). Signed at Brasília on 29 September 1983

Authentic texts: Portuguese and English.

Registered by Brazil on 20 November 1991.

**BRÉSIL
et
PHILIPPINES**

Convention tendant à éviter la double imposition et à prévenir l'évasion fiscale en matière d'impôts sur le revenu (avec protocole). Signé à Brasília le 29 septembre 1983

Textes authentiques : portugais et anglais.

Enregistrée par le Brésil le 20 novembre 1991.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

CONVENÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DAS FILIPINAS DESTINADA A EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM MATERIA DE IMPOSTOS SOBRE A RENDA

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República das Filipinas,

DESEJANDO concluir uma Convenção destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda,

ACORDARAM o seguinte:

Artigo 1

Pessoas visadas

A presente Convenção aplica-se às pessoas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

Artigo 2

Impostos visados

1. A presente Convenção aplica-se aos impostos sobre a renda cobrados por um dos Estados Contratantes, seja qual for o sistema usado para sua cobrança.

2. Os impostos atuais aos quais se aplica a presente Convenção são:

a) no caso do Brasil:

- o imposto federal de renda, com exclusão das incidências sobre remessas excedentes e atividades de menor importância;
- (doravante referido como "imposto brasileiro");

- b) no caso das Filipinas:
- os impostos sobre a renda cobrados pelo Governo da República das Filipinas;
(doravante referidos como "imposto filipino").

3. A presente Convenção aplica-se também a quaisquer impostos idênticos ou substancialmente semelhantes que forem posteriormente introduzidos, seja em adição aos impostos acima mencionados, seja em sua substituição. As autoridades competentes dos Estados Contratantes notificar-se-ão mutuamente de qualquer modificação significativa que tenha ocorrido em suas respectivas legislações tributárias.

Artigo 3

Definições gerais

1. Na presente Convenção, a não ser que o contexto imponha interpretação diferente:

a) o termo "Brasil" designa a República Federativa do Brasil;

b) o termo "Filipinas" designa a República das Filipinas;

c) o termo "nacionais" designa:

I- todas as pessoas físicas que possuam a nacionalidade ou a cidadania de um Estado Contratante;

II- todas as pessoas jurídicas, sociedades de pessoas e associações constituídas de acordo com a legislação em vigor num Estado Contratante;

d) as expressões "um Estado Contratante" e "o outro Estado Contratante" designam o Brasil ou as Filipinas, consoante o contexto;

e) o termo "pessoa" compreende uma pessoa física, uma sociedade ou qualquer outro grupo de pessoas;

f) o termo "sociedade" designa qualquer pessoa jurídica ou qualquer entidade que, para fins tributários, seja considerada como pessoa jurídica;

g) as expressões "empresa de um Estado Contratante" e "empresa do outro Estado Contratante" designam, respectivamente, uma empresa explorada por um residente de um Estado Contratante e uma empresa explorada por um residente do outro Estado Contratante;

h) a expressão "tráfego internacional" designa qualquer transporte efetuado por um navio ou aeronave explorado por um residente de um dos Estados Contratantes, exceto quando o navio ou aeronave seja explorado unicamente entre lugares situados no outro Estado Contratante;

i) o termo "imposto" designa o imposto brasileiro ou o imposto filipino, consoante o contexto;

j) a expressão "autoridade competente" designa:

I- no Brasil: o Ministro da Fazenda, o Secretário da Receita Federal ou seus representantes autorizados;

II- nas Filipinas: o Ministro da Fazenda ou seu representante autorizado.

2. Para a aplicação da presente Convenção por um Estado Contratante, qualquer expressão que não se encontre de outro modo definida tem o sentido que lhe é atribuído pela legislação desse Estado Contratante no que respeita aos impostos a que se aplica a Convenção, a não ser que o contexto imponha uma interpretação diferente.

Artigo 4

Residente

1. Para os fins da presente Convenção, a expressão "residente de um Estado Contratante" designa qualquer pessoa que, em virtude da legislação desse Estado, está aí sujeita a imposto em razão do seu domicílio, da sua residência, da sua sede de direção ou de qualquer outro critério de natureza análoga. Todavia, esta expressão não compreende as pessoas que estão sujeitas a imposto nesse Estado somente em relação a rendimentos de fontes situadas nesse Estado.

2. Quando, por força do disposto do parágrafo 1, uma pessoa física for um residente de ambos os Estados Contratantes, a situação será resolvida de acordo com as seguintes regras:

a) será considerada como residente do Estado Contratante em que disponha de uma habitação permanente; se dispuser de uma habitação permanente em ambos os Estados Contratantes, será considerada como residente do Estado Contratante com o qual suas relações pessoais e econômicas sejam mais estreitas (centro de interesses vitais);

b) se o Estado Contratante em que tenha o centro de seus interesses vitais não puder ser determinado, ou se não dispuser de uma habitação permanente em nenhum dos Estados Contratantes, será considerada como residente do Estado Contratante em que permanecer de forma habitual;

- c) se permanecer de forma habitual em ambos os Estados Contratantes ou se não permanecer de forma habitual em nenhum deles, será considerada como residente do Estado Contratante de que for nacional;
- d) se for nacional de ambos os Estados Contratantes ou se não for nacional de nenhum deles, as autoridades competentes dos Estados Contratantes resolverão a questão de comum acordo.

3. Quando, em virtude do disposto do parágrafo 1, uma pessoa que não seja uma pessoa física for um residente de ambos os Estados Contratantes, as autoridades competentes dos Estados Contratantes resolverão a questão de comum acordo.

Artigo 5

Estabelecimento permanente

1. Para os fins da presente Convenção, a expressão "estabelecimento permanente" designa uma instalação fixa de negócios em que a empresa exerce toda ou parte da sua atividade.

2. A expressão "estabelecimento permanente" abrange especialmente:

- a) uma sede de direção;
- b) uma sucursal;
- c) um escritório;
- d) uma fábrica;
- e) uma oficina;
- f) uma mina, uma pedreira ou qualquer outro local de exploração ou extração de recursos naturais;
- g) um canteiro de construção ou de montagem, cuja duração exceda 6 meses;
- h) um armazém, em relação a uma pessoa que provê instalações de armazenagem para terceiros.

3. A expressão "estabelecimento permanente" não compreende:

- a) a utilização de instalações unicamente para fins de armazenagem ou exposição de bens ou mercadorias pertencentes à empresa;

- b) a manutenção de um estoque de bens ou mercadorias pertencentes à empresa unicamente para fins de armazenagem ou exposição;
- c) a manutenção de um estoque de bens ou mercadorias pertencentes à empresa unicamente para fins de transformação por outra empresa;
- d) a manutenção de uma instalação fixa de negócios unicamente para fins de comprar bens ou mercadorias, ou obter informações para a empresa;
- e) a manutenção de uma instalação fixa de negócios unicamente para fins de publicidade, fornecimento de informações, pesquisas científicas ou atividades análogas que tenham caráter preparatório ou auxiliar para a empresa.

4. Uma pessoa que atue num Estado Contratante por conta de uma empresa do outro Estado Contratante - e desde que não seja um agente que goze de um "status" independente ao qual se aplica o parágrafo 5 - será considerada como estabelecimento permanente no primeiro Estado se tiver, e exercer habitualmente nesse Estado, autoridade para concluir contratos em nome da empresa, a não ser que suas atividades sejam limitadas à compra de bens ou mercadorias para a empresa.

Todavia, uma sociedade de seguros de um Estado Contratante, exceto com relação a resseguros, será considerada como tendo um estabelecimento permanente no outro Estado Contratante desde que receba prêmios ou segure riscos no outro Estado.

5. Uma empresa de um Estado Contratante não será considerada como tendo um estabelecimento permanente no outro Estado Contratante pelo simples fato de exercer a sua atividade nesse outro Estado por intermédio de um corretor, de um comissário geral ou de qualquer outro agente que goze de um "status" independente, desde que essas pessoas atuem no âmbito de suas atividades normais.

6. O fato de uma sociedade residente de um Estado Contratante controlar ou ser controlada por uma sociedade residente do outro Estado Contratante, ou que exerça sua atividade nesse outro Estado (quer seja por intermédio de um estabelecimento permanente, quer de outro modo), não será, por si só, bastante para fazer de qualquer dessas sociedades estabelecimento permanente da outra.

Artigo 6

Rendimentos de bens imobiliários

1. Os rendimentos de bens imobiliários, incluindo os rendimentos de explorações agrícolas ou florestais, são tributáveis no Estado Contratante em que esses bens estiverem situados.

2. a) a expressão "bens imobiliários", com ressalva do disposto nas alíneas b) e c), é definida de acordo com a legislação do Estado Contratante em que os bens em questão estiverem situados;

b) a expressão compreende, em qualquer caso, os acessórios da propriedade imobiliária, o gado e o equipamento utilizados nas explorações agrícolas e florestais, os direitos a que se aplicam as disposições do direito privado relativas à propriedade territorial, o usufruto de bens imobiliários e os direitos aos pagamentos variáveis ou fixos pela exploração ou concessão da exploração de jazidas minerais, fontes e outros recursos naturais;

c) os navios, barcos e aeronaves não são considerados bens imobiliários.

3. O disposto no parágrafo 1 aplica-se aos rendimentos provenientes da exploração direta, da locação ou do arrendamento, assim, como de qualquer outra forma de exploração de bens imobiliários.

4. O disposto nos parágrafos 1 e 3 aplica-se igualmente aos rendimentos provenientes de bens imobiliários de uma empresa, assim como aos rendimentos de bens imobiliários que sirvam para exercício de uma profissão liberal.

Artigo 7

Lucros das empresas

1. Os lucros de uma empresa de um Estado Contratante são tributáveis nesse Estado, a não ser que a empresa exerça sua atividade no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento permanente aí situado. Se a empresa exercer sua atividade na forma indicada, seus lucros são tributáveis no outro Estado, mas unicamente na medida em que forem atribuíveis a esse estabelecimento permanente.

2. Com ressalva do disposto no parágrafo 3, quando uma empresa de um Estado Contratante exercer sua atividade no outro Estado Contratante através de um estabelecimento permanente aí situado, serão atribuídos em cada Estado Contratante a esse estabelecimento permanente os lucros que obteria se constituísse uma empresa distinta e separada exercendo atividades idênticas ou similares em condições idênticas ou similares e transacionando com absoluta independência com a empresa de que é um estabelecimento permanente.

3. No cálculo dos lucros de um estabelecimento permanente, é permitido deduzir as despesas que tiverem sido feitas para a consecução dos objetivos do estabelecimento permanente, incluindo as despesas de direção e os encargos gerais de administração assim realizados.

4. Nenhum lucro será atribuído a um estabelecimento permanente pelo fato de este comprar simplesmente bens ou mercadorias para a empresa.

5. Quando os lucros compreenderem rendimentos tratados separadamente em outros Artigos da presente Convenção, o disposto nesses Artigos não será afetado pelo disposto neste Artigo.

Artigo 8

Navegação marítima e aérea

1. Os lucros provenientes de fontes situadas em um dos Estados Contratantes que um residente do outro Estado Contratante aufera da exploração de navios ou aeronaves no tráfego internacional são tributáveis em ambos os Estados Contratantes.

2. O disposto no parágrafo 1 aplica-se também aos lucros provenientes da participação em um consórcio, em uma exploração em comum ou em um organismo internacional de operação.

Artigo 9

Empresas associadas

Quando:

- a) uma empresa de um Estado Contratante participar direta ou indiretamente da direção, controle ou capital de uma empresa do outro Estado Contratante, ou

- b) as mesmas pessoas participarem direta ou indiretamente da direção, controle ou capital de uma empresa de um Estado Contratante e de uma empresa do outro Estado Contratante,

e, em ambos os casos, as duas empresas estiverem ligadas, nas suas relações comerciais ou financeiras, por condições aceitas ou impostas que difiram das que seriam estabelecidas entre empresas independentes, os lucros que, sem essas condições, teriam sido obtidos por uma das empresas, mas não o foram por causa dessas condições, podem ser incluídos nos lucros dessa empresa e tributados como tais.

Artigo 10

Dividendos

1. Os dividendos pagos por uma sociedade residente de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante são tributáveis nesse outro Estado.

2. Todavia, esses dividendos podem ser tributados no Estado Contratante onde reside a sociedade que os paga, e de acordo com a legislação desse Estado, mas se a pessoa que os receber for o beneficiário efetivo dos dividendos, o imposto assim estabelecido não poderá exceder:

- a) 15% do montante bruto dos dividendos, se o beneficiário for uma sociedade, incluindo uma sociedade de pessoas;
- b) 25% do montante bruto dos dividendos em todos os demais casos.

Este parágrafo não afetará a tributação da sociedade com relação aos lucros que deram origem aos dividendos pagos.

3. O disposto nos parágrafos 1 e 2 não se aplica se o beneficiário efetivo dos dividendos, residente de um Estado Contratante, desenvolver atividade no outro Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos por meio de um estabelecimento permanente aí situado, ou exercer uma profissão independente nesse outro Estado por intermédio de uma instalação fixa aí situada, e a participação em relação à qual os dividendos são pagos esteja efetivamente ligada a esse estabelecimento permanente ou instalação fixa. Neste caso, aplica-se o disposto no Artigo 7 ou no Artigo 14, conforme couber.

4. O termo "dividendos", usado neste Artigo, designa o rendimentos provenientes de ações, ações ou direitos de fruição, ação de empresas mineradoras, partes de fundador ou outros direitos de participação em lucros, com exceção de créditos, bem como rendimento de outras participações de capital assemelhados aos rendimentos de ações pela legislação tributária do Estado em que a sociedade que o distribuir seja residente.

5. Quando um residente das Filipinas tiver um estabelecimento permanente no Brasil, este estabelecimento permanente poderá aí estar sujeito a um imposto retido na fonte de acordo com a legislação brasileira. Todavia, esse imposto não poderá exceder 15% do montante bruto dos lucros desse estabelecimento permanente, calculado após pagamento do imposto de renda de sociedades referente a esses lucros.

6. Nada neste Artigo poderá impedir as Filipinas de cobrar, parte do imposto de renda de sociedades, um imposto sobre remessas de lucros de uma sucursal para sua matriz, desde que o imposto assim cobrado não exceda 15% do montante remetido.

7. Quando uma sociedade residente de um Estado Contratante receber lucros ou rendimentos do outro Estado Contratante, esse outro Estado Contratante não poderá cobrar qualquer imposto sobre o dividendos pagos pela sociedade, exceto na medida em que esse dividendos forem pagos a um residente desse outro Estado ou na medida em que a participação geradora dos dividendos estiver efetivamente ligada a um estabelecimento permanente ou a uma instalação fixa situada nesse outro Estado, nem sujeitar os lucros não distribuídos da sociedade a um imposto sobre lucros não distribuídos, mesmo se o dividendos pagos ou os lucros não distribuídos consistirem total ou parcialmente de lucros ou rendimentos provenientes desse outro Estado.

Artigo 11

Juros

1. Os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante são tributáveis nesse outro Estado.

2. Todavia, esses juros podem ser tributados no Estado Contratante de que provêm, e de acordo com a legislação desse Estado

mas, se a pessoa que os receber for o beneficiário efetivo dos juros o imposto assim estabelecido não poderá exceder 15% do montante bruto dos juros.

3. Não obstante o disposto nos parágrafos 1 e 2:

- a) os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos ao Governo do outro Estado Contratante, a uma subdivisão política ou qualquer agência (incluindo uma instituição financeira) de propriedade exclusiva desse Governo ou subdivisão política são isentos de imposto no primeiro Estado Contratante;
- b) os juros da dívida pública, de títulos ou debêntures emitidos pelo Governo de um Estado Contratante, uma sua subdivisão política ou qualquer agência (inclusive uma instituição financeira) de propriedade desse Governo são tributáveis nesse Estado;
- c) com ressalva do disposto na alínea (a) acima, o imposto filipino sobre juros pagos por uma sociedade residente das Filipinas a um residente do Brasil com relação a emissões públicas de títulos, debêntures ou obrigações similares não poderá exceder 10% do montante bruto dos juros.

4. O termo "juros", usado neste Artigo, designa os rendimentos da dívida pública, de títulos ou debêntures, acompanhados ou não de garantia hipotecária ou de cláusula de participação nos lucros, e de créditos de qualquer natureza, bem como qualquer outro rendimento que, pela legislação tributária do Estado Contratante de que provêm, seja assemelhado aos rendimentos de importâncias emprestadas.

5. O disposto nos parágrafos 1, 2 e 3 não se aplica se o beneficiário efetivo dos juros, residente de um Estado Contratante, desenvolver atividade no outro Estado Contratante de que provêm os juros por meio de um estabelecimento permanente aí situado, ou exercer uma profissão independente nesse outro Estado por intermédio de uma instalação fixa aí situada e o crédito em relação ao qual os juros são pagos estiver efetivamente ligado a esse estabelecimento permanente ou instalação fixa. Neste caso, aplica-se o disposto no Artigo 7 ou no Artigo 14, conforme couber.

6. A limitação estabelecida no parágrafo 2 não se aplica aos juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um estabelecimento permanente de uma empresa do outro Estado Contratante situado em um terceiro Estado.

7. Os juros são considerados provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for esse próprio Estado, uma sua subdivisão política ou um residente desse Estado. No entanto, quando o devedor dos juros, residente ou não de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento permanente pelo qual haja sido contraída a obrigação que dá origem aos juros e caiba a esse estabelecimento permanente o pagamento desses juros, tais juros serão considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento permanente estiver situado.

8. Se, em consequência de relações especiais existentes entre o devedor e o credor, ou entre ambos e terceiros, o montante dos juros pagos, tendo em conta o crédito pelo qual são pagos, exceder àquele que seria acordado entre o devedor e o credor na ausência de tais relações, o disposto neste Artigo aplica-se apenas a este último montante. Neste caso, a parte excedente dos pagamentos será tributável de acordo com a legislação de cada Estado Contratante e tendo em conta as outras disposições da presente Convenção.

Artigo 12 Royalties

1. Os "royalties" provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante são tributáveis nesse outro Estado.

2. Todavia, esses "royalties" podem ser tributados no Estado Contratante de que provêm, e de acordo com a legislação desse Estado, mas, se a pessoa que os receber for o beneficiário efetivo dos "royalties", o imposto assim estabelecido não poderá exceder:

- a) 25% do montante bruto dos "royalties" provenientes do uso da concessão do uso de marcas de indústria ou comércio e de filmes cinematográficos, filmes ou fitas de gravação de programas de televisão ou radiodifusão;
- b) 15% do montante bruto dos "royalties" em todos os demais casos.

3. O termo "royalties", usado neste Artigo, designa as remunerações de qualquer natureza pagas pelo uso ou pela concessão do uso de um direito de autor sobre uma obra literária, artística ou científica (incluindo os filmes cinematográficos, filmes ou fitas de gravação de programas de televisão ou radiodifusão), de uma patente, marca de indústria ou comércio, desenho ou modelo, plano, fórmula ou

processo secretos, bem como pelo uso ou pela concessão do uso de um equipamento industrial, comercial ou científico e por informações correspondentes à experiência adquirida no setor industrial, comercial ou científico.

4. Os "royalties" são considerados provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for o próprio Estado, uma sua subdivisão política, uma autoridade local ou um residente desse Estado. Todavia, quando o devedor dos "royalties", seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento permanente em relação com o qual haja sido contraída a obrigação de pagar os "royalties" e caiba a esse estabelecimento permanente o pagamento desses "royalties", tais "royalties" serão considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento permanente estiver situado.

5. O disposto nos parágrafos 1 e 2 não se aplica se o beneficiário efetivo dos "royalties", residente de um Estado Contratante, desenvolver atividade no outro Estado Contratante de que provêm os "royalties" por meio de um estabelecimento permanente aí situado, ou exercer uma profissão independente nesse outro Estado por intermédio de uma instalação fixa aí situada, e o direito ou bem que deu origem aos "royalties" estiver efetivamente ligado a esse estabelecimento permanente ou instalação fixa. Neste caso, aplica-se o disposto no Artigo 7 ou no Artigo 14, conforme couber.

6. Se, em consequência de relações especiais existentes entre o devedor e o credor, ou entre ambos e terceiros, o montante dos "royalties" pagos, tendo em conta o uso, direito ou informação pelo qual são pagos, exceder àquele que seria acordado entre o devedor e o credor na ausência de tais relações, o disposto neste Artigo aplica-se apenas a este último montante. Neste caso, a parte excedente dos pagamentos será tributável de acordo com a legislação de cada Estado Contratante e tendo em conta as outras disposições da presente Convenção.

Artigo 13

Ganhos de capital

1. Os ganhos provenientes da alienação de bens imobiliários, definidos no parágrafo 2 do Artigo 6, são tributáveis no Estado Contratante em que esses bens imobiliários estiverem situados.

2. Os ganhos provenientes da alienação de bens mobiliários que façam parte do ativo de um estabelecimento permanente que uma empresa de um Estado Contratante possua no outro Estado Contratante, ou de bens mobiliários constitutivos de uma instalação fixa de que disponha um residente de um Estado Contratante no outro Estado Contratante para o exercício de uma profissão liberal, incluindo os ganhos provenientes da alienação desse estabelecimento permanente (isolado ou com o conjunto da empresa) ou dessa instalação fixa, são tributáveis no outro Estado.

3. Os ganhos que um residente de um Estado Contratante aufera da alienação de navios e aeronaves explorados no tráfego internacional e de bens mobiliários pertinentes à exploração de tais navios e aeronaves só são tributáveis nesse Estado Contratante.

4. Os ganhos provenientes da alienação de quaisquer bens ou direitos diferentes dos mencionados nos parágrafos 1, 2 e 3 são tributáveis em ambos os Estados Contratantes.

Artigo 14

Profissões independentes

1. Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante aufera de uma profissão liberal ou de outras atividades independentes de caráter análogo são tributáveis nesse Estado, a não ser que o pagamento desses serviços e atividades caiba a um estabelecimento permanente situado no outro Estado Contratante ou a uma sociedade aí residente. Neste caso, os rendimentos são tributáveis nesse outro Estado.

2. A expressão "profissão liberal" abrange, em especial, as atividades independentes de caráter científico, técnico, literário, artístico, educativo e pedagógico, bem como as atividades independentes de médicos, advogados, engenheiros, arquitetos, dentistas e contadores.

Artigo 15

Profissões dependentes

1. Com ressalva do disposto nos Artigos 16, 18, 19, 20 e 21, os salários, ordenados e outras remunerações similares que um residente de um Estado Contratante recebe em razão de um emprego só são tributáveis nesse Estado, a não ser que o emprego seja exercido no

outro Estado Contratante. Se o emprego for aí exercido, as remunerações correspondentes são tributáveis nesse outro Estado.

2. Não obstante o disposto no parágrafo 1, as remunerações que um residente de um Estado Contratante recebe em razão de um emprego exercido no outro Estado Contratante só são tributáveis no primeiro Estado se:

- a) o beneficiário permanecer no outro Estado durante um período ou períodos que não excedam, no total, 183 dias do ano fiscal considerado;
- b) as remunerações forem pagas por um empregador ou em nome de um empregador que não seja residente do outro Estado; e
- c) o encargo das remunerações não couber a um estabelecimento permanente ou a uma instalação fixa que o empregador tenha no outro Estado.

3. Não obstante as disposições precedentes deste Artigo, as remunerações relativas a um emprego exercido a bordo de um navio ou de uma aeronave explorados no tráfego internacional por um residente de um dos Estados Contratantes são tributáveis nesse Estado Contratante.

Artigo 16

Remunerações de direção

As remunerações de direção e outras remunerações similares que um residente de um Estado Contratante recebe na qualidade de membro de um conselho de administração ou de qualquer outro conselho de uma sociedade residente do outro Estado Contratante são tributáveis nesse outro Estado.

Artigo 17

Artistas e desportistas

1. Não obstante o disposto nos Artigos 14 e 15, os rendimentos obtidos pelos profissionais de espetáculo, tais como artistas de teatro, de cinema, de rádio ou de televisão e músicos, bem como pelos desportistas, do exercício, nessa qualidade, de suas atividades pessoais, são tributáveis no Estado Contratante em que essas atividades forem exercidas.

2. Quando os serviços mencionados no parágrafo 1 deste Artigo forem fornecidos num Estado Contratante por uma empresa do outro Estado Contratante, os rendimentos recebidos pela empresa pelo fornecimento desses serviços, são tributáveis no primeiro Estado Contratante, não obstante as outras disposições da presente Convenção.

3. O disposto nos parágrafos 1 e 2 deste Artigo não se aplica aos rendimentos obtidos por um profissional de espetáculo ou por um desportista do exercício de atividades em um Estado Contratante, se a visita a esse Estado Contratante for patrocinada pelo outro Estado Contratante ou substancialmente suportada por fundos públicos desse outro Estado, incluindo-os de uma sua subdivisão política, autoridade local ou entidade autárquica.

Artigo 18

Pensões e anuidades

1. Com ressalva das disposições do Artigo 19, as pensões e outras remunerações similares e as anuidades provenientes de um Estado Contratante e pagas a um residente do outro Estado Contratante são tributáveis no primeiro Estado.

2. No presente Artigo:

- a) a expressão "pensões e outras remunerações similares" designa pagamentos periódicos efetuados depois da aposentadoria, em consequência de emprego anterior ou a título de compensação por danos sofridos em consequência de emprego anterior;
- b) o termo "anuidade" designa uma quantia determinada, paga periodicamente em prazos determinados, durante a vida ou durante um período de tempo determinado ou determinável, em decorrência de um compromisso de efetuar os pagamentos como retribuição de um pleno e adequado contravalor em dinheiro ou avaliável em dinheiro (que não seja por serviços prestados).

Artigo 19

Pagamentos governamentais

1. As remunerações, excluindo as pensões, pagas por um Estado Contratante, uma sua subdivisão política ou autoridade local a uma pessoa física, em razão de serviços prestados a esse Estado,

subdivisão política ou autoridade local só são tributáveis nesse Estado.

Todavia, essas remunerações só são tributáveis no Estado Contratante de que o beneficiário é residente se os serviços forem prestados nesse Estado e se o beneficiário das remunerações for um residente desse Estado que

- a) seja um nacional desse Estado, ou
- b) não tenha se tornado um residente desse Estado unicamente com a finalidade de prestar os serviços.

2. As pensões pagas por um Estado Contratante, por uma sua subdivisão política ou autoridade local, quer diretamente, quer através de fundos por eles constituídos, a uma pessoa física, em razão de serviços prestados a esse Estado, subdivisão política ou autoridade local, só são tributáveis nesse Estado.

Todavia, essas pensões só são tributáveis no outro Estado Contratante se o beneficiário for um nacional e um residente desse Estado.

3. As pensões pagas com fundos provenientes da previdência social de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante só são tributáveis no primeiro Estado.

4. O disposto nos Artigos 15, 16 e 18 aplica-se às remunerações e pensões pagas em razão de serviços prestados no âmbito de uma atividade comercial ou industrial exercida por um Estado Contratante, uma sua subdivisão política ou autoridade local.

Artigo 20

Professores e pesquisadores

1. Uma pessoa física que é, ou foi em período imediatamente anterior à sua visita a um Estado Contratante, um residente do outro Estado Contratante, e que, a convite do primeiro Estado Contratante, ou de uma universidade, estabelecimento de ensino superior, escola, museu ou outra instituição cultural do primeiro Estado Contratante, ou que, cumprindo um programa oficial de intercâmbio cultural, permanecer nesse Estado por um período não superior a dois anos fiscais consecutivos com o único fim de lecionar, proferir conferências ou realizar pesquisas em tais instituições, será isenta de imposto nesse

Estado no que concerne à remuneração que receber em consequência dessa atividade, desde que essa remuneração:

- a) provenha de fontes situadas fora desse Estado; ou
- b) provenha de fontes situadas nesse Estado, caso em que a isenção será limitada ao montante anual de vinte e quatro mil dólares americanos (US\$24.000) ou seu equivalente em moeda local ou a qualquer outro montante que possa ser estabelecido pelas autoridades competentes por troca de cartas.

2. O disposto neste Artigo não se aplica às remunerações que um professor ou pesquisador receber pelos trabalhos de pesquisa que forem realizados primordialmente em benefício particular de pessoa ou pessoas determinadas.

Artigo 21

Estudantes e aprendizes

1. Uma pessoa física que é, ou foi em período imediatamente anterior à sua visita a um Estado Contratante, um residente do outro Estado Contratante, e que permanecer no primeiro Estado Contratante unicamente:

- a) como estudante de uma universidade, estabelecimento de ensino superior ou escola desse primeiro Estado Contratante;
- b) como beneficiário de uma bolsa, subvenção ou prêmio concedidos por uma organização religiosa, de caridade, científica ou educacional, com o fim primordial de estudar ou pesquisar;
- c) como membro de um programa de cooperação técnica encetado pelo Governo do outro Estado Contratante; ou
- d) como aprendiz

será isenta de imposto no primeiro Estado Contratante por um período não superior a dois anos fiscais consecutivos, no que concerne ao montante de tal bolsa, subvenção ou prêmio, bem como às remessas provenientes do exterior para fins de sua manutenção, educação ou treinamento.

2. Uma pessoa física que é, ou foi em período imediatamente anterior à sua visita a um Estado Contratante, um residente do outro Estado Contratante, e que permanecer no primeiro Estado Contratante

com o único fim de estudar ou realizar treinamento, será isenta de imposto no primeiro Estado Contratante por um período não superior a dois anos fiscais consecutivos, no que concerne ao montante da remuneração que receber de emprego exercido nesse Estado.

3. Os montantes mencionados nos parágrafos 1 e 2 deste Artigo significam uma isenção limitada a doze mil dólares americanos (US\$ 12.000) por ano ou seu equivalente em moeda local, ou a qualquer outro montante que possa ser estabelecido pelas autoridades competentes por troca de cartas.

Artigo 22

Outros rendimentos

Os rendimentos de um residente de um Estado Contratante provenientes do outro Estado Contratante e não tratados nos Artigos precedentes da presente Convenção são tributáveis nesse outro Estado.

Artigo 23

Métodos para eliminar a dupla tributação

1. Quando um residente de um Estado Contratante receber rendimentos que, de acordo com as disposições da presente Convenção, podem ser tributados no outro Estado Contratante, o primeiro Estado Contratante permitirá que seja deduzido do imposto que cobrar sobre os rendimentos desse residente um montante igual ao imposto sobre a renda pago no outro Estado Contratante.

Todavia, o montante deduzido não poderá exceder à fração do imposto sobre a renda, calculado antes da dedução, correspondente aos rendimentos tributáveis no outro Estado Contratante.

2. Para a dedução indicada no parágrafo 1, o imposto brasileiro e o imposto filipino serão sempre considerados como tendo sido pagos à alíquota de 25% nos seguintes casos:

- a) dividendos mencionados no parágrafo 2 do Artigo 10;
- b) juros mencionados no parágrafo 2 do Artigo 11;
- c) royalties mencionados no parágrafo 2 do Artigo 12.

3. No caso de uma sociedade residente de um Estado Contratante possuir mais de 15% do capital votante da sociedade residente do outro Estado Contratante da qual recebe dividendos em qualquer ano fiscal,

o primeiro Estado Contratante concederá também um crédito correspondente ao montante de impostos pagos ou devidos ao outro Estado Contratante pela sociedade que paga esses dividendos com relação aos lucros de que se originaram os dividendos pagos, incluindo os impostos que teriam sido pagos ou devidos a esse outro Estado Contratante se não tivessem sido isentos ou reduzidos de acordo com as medidas especiais de incentivo visando a promover o desenvolvimento econômico nesse outro Estado Contratante. Todavia, o montante deduzido não poderá exceder à fração do imposto sobre a renda, calculado antes da dedução, correspondente aos rendimentos tributáveis no outro Estado Contratante.

Artigo 24

Não-discriminação

1. Os nacionais de um Estado Contratante não ficarão sujeitos no outro Estado Contratante a nenhuma tributação ou obrigação correspondente diferente ou mais onerosa do que aquelas a que estiverem ou puderem estar sujeitos os nacionais desse outro Estado que se encontrem na mesma situação.

2. A tributação de um estabelecimento permanente que uma empresa de um Estado Contratante possuir no outro Estado Contratante não será menos favorável nesse outro Estado do que a das empresas desse outro Estado Contratante que exerçam as mesmas atividades.

Esta disposição não poderá ser interpretada no sentido de obrigar um Estado Contratante a conceder às pessoas residentes do outro Estado Contratante as deduções pessoais, os abatimentos e reduções de impostos em função de estado civil ou encargos familiares concedidos aos seus próprios residentes.

3. As empresas de um Estado Contratante cujo capital pertencer ou for controlado, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, por um ou mais residentes do outro Estado Contratante, não ficarão sujeitas, no primeiro Estado, a nenhuma tributação ou obrigação correspondente diversa ou mais onerosa do que aquelas a que estiverem ou puderem estar sujeitas as outras empresas da mesma natureza do primeiro Estado, cujo capital pertencer ou for controlado, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, por um ou mais residentes de um terceiro Estado.

4. Não obstante o disposto nos parágrafos anteriores deste Artigo, cada Estado Contratante pode, na promoção de indústria ou comércio considerados necessários, limitar aos seus nacionais o gozo dos incentivos fiscais por ele concedidos.

5. Neste Artigo, o termo "tributação" designa os impostos que são objeto da presente Convenção.

Artigo 25

Procedimento amigável

1. Quando um residente de um Estado Contratante considerar que as medidas tomadas por um ou ambos os Estados Contratantes conduzem ou poderão conduzir, em relação a si, a uma tributação em desacordo com a presente Convenção, poderá, independentemente dos recursos previstos pelas legislações internas desses Estados, submeter o seu caso à apreciação da autoridade competente do Estado Contratante de que é residente.

2. A autoridade competente, se a reclamação se lhe afigurar justificada e não estiver em condições de lhe dar uma solução satisfatória, esforçar-se-á por resolver a questão de comum acordo com a autoridade competente do outro Estado Contratante, a fim de evitar uma tributação em discordância com a Convenção.

3. Um Estado Contratante não poderá, após cinco anos do término do período fiscal em que a renda foi auferida, aumentar a base de cálculo de um residente de qualquer dos Estados Contratantes pela inclusão de rendimentos que também tenham sido tributados no outro Estado Contratante. Este parágrafo não se aplicará nos casos de fraude, omissão intencional ou negligência.

4. As autoridades competentes dos Estados Contratantes esforçar-se-ão por resolver, de comum acordo, as dificuldades ou as dúvidas que surgirem na interpretação ou aplicação da Convenção.

5. As autoridades competentes dos Estados Contratantes poderão comunicar-se diretamente a fim de chegarem a acordo nos termos indicados nos parágrafos anteriores.

Artigo 26

Troca de informações

1. As autoridades competentes dos Estados Contratantes trocarão entre si as informações necessárias para aplicar a presente Convenção.

Todas as informações assim trocadas serão consideradas secretas e só poderão ser comunicadas às pessoas ou autoridades encarregadas do lançamento ou da cobrança dos impostos que são objeto da presente Convenção ou da determinação de recursos ou de processos de transgressões.

2. O disposto no parágrafo 1 não poderá, em caso algum, ser interpretado no sentido de impor a um dos Estados Contratantes a obrigação:

- a) de tomar medidas administrativas contrárias à sua legislação ou à sua prática administrativa, ou às do outro Estado Contratante;
- b) de fornecer informações que não poderiam ser obtidas com base na sua legislação ou no âmbito de sua prática administrativa normal ou das do outro Estado Contratante;
- c) de fornecer informações reveladoras de segredos comerciais, industriais, profissionais ou de processos comerciais ou industriais, ou informações cuja comunicação seja contrária à ordem pública.

Artigo 27

Funcionários diplomáticos e consulares

Nada na presente Convenção prejudicará os privilégios iscais de que se beneficiam os funcionários diplomáticos ou consulares em virtude de regras gerais do direito internacional ou de disposições de acordos especiais.

Artigo 28

Entrada em vigor

1. A presente Convenção será ratificada e os instrumentos de ratificação serão trocados em Мадрид, tão logo seja possível.

2. A Convenção entrará em vigor na data da troca dos instrumentos de ratificação e suas disposições serão aplicadas pela primeira vez:

- 1 - no que concerne aos impostos retidos na fonte, às importâncias pagas ou creditadas no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que a Convenção entrar em vigor;

- II - no que concerne aos outros impostos de que trata a presente Convenção, ao ano que comece no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que a Convenção entrar em vigor.

Artigo 29

Denúncia

Qualquer dos Estados Contratantes pode denunciar a presente Convenção depois de decorrido um período de três anos a contar da data de sua entrada em vigor, mediante um aviso escrito de denúncia entregue ao outro Estado Contratante através dos canais diplomáticos, desde que tal aviso seja dado no ou antes do dia 30 de junho de qualquer ano calendário.

Neste caso, a presente Convenção será aplicada pela última vez:

- I - no que concerne aos impostos retidos na fonte, às importâncias pagas ou creditadas antes da expiração do ano calendário em que o aviso de denúncia tenha sido dado;
- II - no que concerne aos outros impostos de que trata a presente Convenção, às importâncias recebidas durante o ano fiscal que comece no ano calendário em que o aviso de denúncia tenha sido dado.

EM TESTEMUNHO DO QUE, os abaixo assinados, devidamente autorizados, assinaram a presente Convenção.

Feito em duplicata, em *Buenos Aires*, no dia 29 de *setembro de 1955*, nas línguas portuguesa e inglesa, sendo cada texto igualmente autêntico.

Pelo Governo
da República Federativa do Brasil:
[Signed — Signé]¹

Pelo Governo
da República das Filipinas:
[Signed — Signé]²

¹ Signed by João Clemente Baena Soares — Signé par João Clemente Baena Soares.

² Signed by Sergio A. Barreas — Signé par Sergio A. Barreas.

PROTOCOLO

No momento da assinatura da Convenção para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre a renda entre a República Federativa do Brasil e a República das Filipinas, os abaixo-assinados, para isso devidamente autorizados, acordaram nas seguintes disposições que constituem parte integrante da presente Convenção.

1. Com referência ao Artigo 1

Fica entendido que as Filipinas terão o direito de tributar, de acordo com a legislação filipina, seus cidadãos que não sejam residentes das Filipinas, mas o Brasil não estará obrigado a conceder crédito por esse imposto.

Na hipótese de os rendimentos recebidos pelos seus cidadãos serem tributados de acordo com a disposição precedente, as Filipinas permitirão que seja deduzido dos rendimentos tributáveis um montante igual ao imposto sobre a renda pago no Brasil.

2. Com referência ao Artigo 3, parágrafo 1, alínea (e)

Fica entendido que, no caso das Filipinas, o termo "pessoa" aí definido inclui um espólio ou um "trust" reconhecidos como tal pela legislação filipina.

3. Com referência ao Artigo 5, parágrafo 3

Fica entendido que a manutenção de uma instalação fixa de negócios unicamente para fins de qualquer combinação de atividades mencionadas nas alíneas (a) e (e) do parágrafo 3 do Artigo 5 não constitui um estabelecimento permanente, desde que a atividade global da instalação fixa de negócios resultante de tal combinação seja de caráter preparatório ou auxiliar.

4. Com referência ao Artigo 7, parágrafo 3

Fica entendido que o disposto no parágrafo 3 do Artigo 7:

a) interpreta-se no sentido de que será permitida a dedução das despesas feitas para a consecução dos objetivos do estabelecimento permanente, incluindo as despesas de direção e os encargos gerais de administração realizados no Estado onde o estabelecimento permanente estiver situado ou fora dele; e

b) não afetará as disposições das legislações internas do Brasil ou das Filipinas em relação às importâncias (que não as destinadas ao reembolso de despesas efetivas) que o estabelecimento permanente pagar ou debitar à matriz ou a qualquer outra de suas dependências, a título de:

- i) "royalties", honorários ou outros pagamentos similares em retribuição ao uso de patentes ou outros direitos;
- ii) comissão por serviços específicos prestados ou gestão; e
- iii) juros decorrentes de importâncias emprestadas ao estabelecimento permanente, exceto no caso de instituição bancária.

5. Com referência ao Artigo 8

Fica entendido que o imposto que pode ser cobrado por um dos Estados Contratantes sobre os lucros provenientes de fontes situadas nesse Estado Contratante e obtidos por um residente do outro Estado Contratante da exploração de navios ou aeronaves, no tráfego internacional, não poderá exceder o menor de:

- a) 1,5% da receita bruta obtida de fontes situadas nesse Estado; e
- b) a alíquota mais baixa do imposto filipino que pode ser cobrado sobre lucros da mesma natureza obtidos em circunstâncias semelhantes por um residente de um terceiro Estado.

6. Com referência ao Artigo 10, parágrafo 4

Fica entendido que, no caso do Brasil, o termo "dividendos" também inclui qualquer distribuição relativa a certificados de um fundo de investimento residente do Brasil.

7. Com referência ao Artigo 12

Fica entendido que:

- a) no caso das Filipinas, a alíquota prescrita no parágrafo 2(b) só se aplicará aos "royalties" pagos por uma empresa registrada no "Philippine Board of Investment" e ligada a áreas prioritárias de atividades. Em todos os demais casos, a alíquota do imposto não poderá exceder 25% do montante bruto dos "royalties" pagos;

b) o disposto no parágrafo 3 aplica-se aos pagamentos de qualquer natureza recebidos como remuneração pela prestação de assistência técnica e de serviços técnicos.

8. Com referência ao Artigo 14

Fica entendido que o disposto no Artigo 14 aplica-se mesmo se as atividades forem exercidas por uma sociedade civil ("civil company").

9. Com referência ao Artigo 16

Fica entendido que qualquer remuneração que uma pessoa, a quem se aplica o Artigo 16, percebe de uma sociedade em virtude do desempenho de funções quotidianas de natureza gerencial ou técnica pode ser tributada de acordo com as disposições do Artigo 15 (Profissões dependentes).

10. Com referência ao Artigo 24, parágrafo 2

Fica entendido que as disposições do parágrafo 5 do Artigo 10 não são conflitantes com as disposições do parágrafo 2 do Artigo 24.

11. Com referência ao Artigo 24, parágrafo 3

As disposições da legislação brasileira que não permitem que os "royalties", como definidos no parágrafo 3 do Artigo 12, pagos por uma sociedade residente do Brasil a uma pessoa que não é residente do Brasil que possua no mínimo 50% do capital com direito a voto dessa sociedade, sejam dedutíveis no momento de se determinar o rendimento tributável da sociedade residente do Brasil, não são conflitantes com as disposições do parágrafo 3 do Artigo 24 da presente Convenção.

FEITO em duplicata em *Manila* em 29 de *Setembro* de 19 83 nas línguas portuguesa e inglesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo
da República Federativa do Brasil:
[Signed — Signé]¹

Pelo Governo
da República das Filipinas:
[Signed — Signé]²

¹ Signed by João Clemente Baena Soares — Signé par João Clemente Baena Soares.

² Signed by Sergio A. Barreas — Signé par Sergio A. Barreas.

CONVENTION¹ BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF THE PHILIPPINES FOR THE AVOIDANCE OF DOUBLE TAXATION AND THE PREVENTION OF FISCAL EVASION WITH RESPECT TO TAXES ON INCOME

The Government of the Federative Republic of Brazil
and
the Government of the Republic of the Philippines,

desiring to conclude a Convention for the avoidance of double taxation and the prevention of fiscal evasion with respect to taxes on income have agreed as follows:

Article 1

Personal scope

This Convention shall apply to persons who are residents of one or both of the Contracting States.

Article 2

Taxes covered

1. This Convention shall apply to taxes on income imposed on behalf of each Contracting State, irrespective of the manner in which they are levied.
2. The existing taxes to which the Convention shall apply are:
 - a) in the case of Brazil:
 - the federal income tax, excluding the tax on excess remittances and on activities of minor importance; (hereinafter referred to as "Brazilian tax");
 - b) in the case of the Philippines:
 - the income taxes imposed by the Government of the Republic of the Philippines; (hereinafter referred to as "Philippine tax").

¹ Came into force on 20 August 1991 by the exchange of the instruments of ratification, which took place at Manila, in accordance with article 28 (2).

3. This Convention shall also apply to any identical or substantially similar taxes which are subsequently imposed in addition to, or in place of, the above-mentioned taxes. The competent authorities of the Contracting States shall notify to each other any substantial changes which have been made in their respective taxation laws.

Article 3

General definitions

1. In this Convention, unless the context otherwise requires:
 - a) the term "Brazil" means the Federative Republic of Brazil;
 - b) the term "Philippines" means the Republic of the Philippines;
 - c) the term "nationals" means:
 - I- all individuals possessing the nationality or the citizenship of a nationality or the citizenship of a Contracting State;
 - II- all legal persons, partnerships and associations deriving their status as such from the law in force in a Contracting State;
 - d) the terms "a Contracting State" and "the other Contracting State" mean Brazil or the Philippines as the context requires;
 - e) the term "person" comprises an individual, a company and any other body of persons;
 - f) the term "company" means any body corporate or any entity which is treated as a body corporate for tax purposes;
 - g) the terms "enterprise of a Contracting State" and "enterprise of the other Contracting State" mean respectively an enterprise carried on by a resident of a Contracting State and a enterprise carried on by a resident of the other Contracting State;
 - h) the term "international traffic" means any transport by a ship or aircraft operated by a resident of one of the Contracting States, except when the ship or aircraft is operated solely between places in the other Contracting States;

- i) the term "tax" means Brazilian tax or Philippine tax, as the context requires;
- j) the term "competent authority" means:
 - I- in Brasil: the Minister of Finance, the Secretary of the Federal Revenue or their authorized representatives;
 - II- in the Philippines: the Minister of Finance or his authorized representative.

2. As regards the application of this Convention by a Contracting State any term not otherwise defined shall, unless the context otherwise requires, have the meaning which it has under the laws of that Contracting State concerning the taxes to which the Convention applies.

Article 4

Resident

1. For the purposes of this Convention, the term "resident of a Contracting State" means any person who, under the law of that State, is liable to taxation therein by reason of his domicile, residence, place of management or any other criterion of a similar nature. But this term does not include any person who is liable to tax in that State in respect only of income from sources in that State.

2. Where by reason of the provisions of paragraph 1 an individual is a resident of both Contracting States then this case shall be determined in accordance with the following rules:

- a) he shall be deemed to be a resident of the Contracting State in which he has a permanent home available to him; if he has a permanent home available to him in both Contracting States, he shall be deemed to be a resident of the Contracting State with which his personal and economic relations are closer (centre of vital interests);
- b) if the Contracting State in which he has his centre of vital interests cannot be determined, or if he has not a permanent home available to him in either Contracting State, he shall be deemed to be a resident of the Contracting State in which he has an habitual abode;
- c) if he has an habitual abode in both Contracting States or in neither of them, he shall be deemed to be a resident of the Contracting State of which he is a national;

d) if he is a national of both Contracting States or of neither of them, the competent authorities of the Contracting States shall settle the question by mutual agreement.

3. Where by reason of the provisions of paragraph 1 a person other than an individual is a resident of both Contracting States, then, the competent authorities of the Contracting States shall settle the question by mutual agreement.

Article 5

Permanent establishment

1. For the purpose of this Convention, the term "permanent establishment" means a fixed place of business in which the business of the enterprise is wholly or partly carried on.

2. The term "permanent establishment" shall include especially:

- a) a place of management;
- b) a branch;
- c) an office;
- d) a factory;
- e) a workshop;
- f) a mine, quarry or other place of exploration or extraction of natural resources;
- g) a building site or construction or assembly project, which exists for more than 6 months;
- h) a warehouse, in relation to a person providing storage facilities for others.

3. The term "permanent establishment" shall not be deemed to include:

- a) the use of facilities solely for the purpose of storage or display of goods or merchandise belonging to the enterprise;
- b) the maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of storage or display;
- c) the maintenance of a stock of goods or merchandise belonging to the enterprise solely for the purpose of processing by another enterprise;
- d) the maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of purchasing goods or merchandise, or for collecting information, for the enterprise;

e) the maintenance of a fixed place of business solely for the purpose of advertising, for the supply of information, for scientific research or for similar activities which have a preparatory or auxiliary character, for the enterprise.

4. A person acting in a Contracting State on behalf of an enterprise of the other Contracting State - other than an agent of independent status to whom paragraph 5 applies - shall be deemed to be a permanent establishment in the first-mentioned State if he has, and habitually exercises in that State, an authority to conclude contracts in the name of the enterprise, unless his activities are limited to the purchase of goods or merchandise for the enterprise.

However, an insurance company of a Contracting State shall, except in regard to reinsurance, be deemed to have a permanent establishment in the other Contracting State provided that it receives premium or insures risks in the other State.

5. An enterprise of a Contracting State shall not be deemed to have a permanent establishment in the other Contracting State merely because it carries on business in that other State through a broker, general commission agent or any other agent of independent status, where such persons are acting in the ordinary course of their business.

6. The fact that a company which is a resident of a Contracting State controls or is controlled by a company which is a resident of the other Contracting State, or which carries on business in that other State (whether through a permanent establishment or otherwise), shall not of itself constitute either company a permanent establishment of the other.

Article 6

Income from immovable property

1. Income from immovable property including income from agriculture or forestry may be taxed in the Contracting State in which such property is situated.

2. a) Subject to the provisions of sub-paragraphs b) and c) the term "immovable property" shall be defined in accordance with the law of the Contracting State in which the property in question is situated;

- b) the term shall in any case include property accessory to immovable property, livestock and equipment used in agriculture and forestry, rights to which the provisions of general law respecting landed property apply, usufruct of immovable property and rights to variable or fixed payments as consideration for the working of, or the right to work, mineral deposits, sources and other natural resources;
- c) ships, boats and aircraft shall not be regarded as immovable property.

3. The provisions of paragraph 1 shall apply to income derived from the direct use, letting, or use in any other form of immovable property.

4. The provisions of paragraphs 1 and 3 shall also apply to the income from immovable property of an enterprise and to income from immovable property used for the performance of professional services.

Article 7

Business profits

1. The profits of an enterprise of a Contracting State shall be taxable only in that State unless the enterprise carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein. If the enterprise carries on business as aforesaid, the profits of the enterprise may be taxed in the other State but only so much of them as is attributable to that permanent establishment.

2. Subject to the provisions of paragraph 3, where an enterprise of a Contracting State carries on business in the other Contracting State through a permanent establishment situated therein, there shall in each Contracting State be attributed to that permanent establishment the profits which it might be expected to make if it were a distinct and separate enterprise engaged in the same or similar activities under the same or similar conditions and dealing wholly independently with the enterprise of which it is a permanent establishment.

3. In the determination of the profits of a permanent establishment, there shall be allowed as deductions expenses which are incurred for the purpose of the permanent establishment, including executive and general administrative expenses so incurred.

4. No profits shall be attributed to a permanent establishment by reason of the mere purchase by that permanent establishment of goods or merchandise for the enterprise.

5. Where profits include items of income which are dealt with separately in other Articles of this Convention, then the provisions of those Articles shall not be affected by the provisions of this Article.

Article 8

Shipping and air transport

1. Profits derived from sources within one of the Contracting States by a resident of the other Contracting State from the operation of ships or aircraft in international traffic may be taxed in both Contracting States.

2. The provisions of paragraph 1 shall also apply to profits derived from the participation in a pool, a joint business or an international operating agency.

Article 9

Associated enterprises

Where

- a) an enterprises of a Contracting State participates directly or indirectly in the management, control or capital of an enterprise of the other Contracting State, or
- b) the same persons participate directly or indirectly in the management, control or capital of an enterprise of a Contracting State and an enterprise of the other Contracting State,

and in either case conditions are made or imposed between the two enterprises in their commercial or financial relations which differ from those which would be made between independent enterprises, then any profits which would, but for those conditions, have accrued to one of the enterprises, but, by reason of those conditions, have not so accrued, may be included in the profits of that enterprise and taxed accordingly.

Article 10

Dividends

1. Dividends paid by a company which is a resident of a Contracting State to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2. However, such dividends may be taxed in the Contracting State of which the company paying the dividends is a resident, and according to the law of that State, but if the recipient is the beneficial owner of the dividends the tax so charged shall not exceed:

- a) 15 per cent of the gross amount of the dividends, if the recipient is a company including a partnership;
- b) 25 per cent of the gross amount of the dividends in all other cases.

This paragraph shall not affect the taxation of the company in respect of the profits out of which the dividends are paid.

3. The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the beneficial owner of the dividends, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State of which the company paying the dividends is a resident, through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the holding in respect of which the dividends are paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of Article 7 or Article 14, as the case may be, shall apply.

4. The term "dividends" as used in this Article means income from shares, "jouissance" shares or "jouissance" rights, mining shares, founder's shares or other rights not being debt-claims, participating in profits, as well as income from other corporate rights assimilated to income from shares by the taxation law of the State of which the company making the distribution is a resident.

5. Where a resident of the Philippines has a permanent establishment in Brazil, this permanent establishment may be subject to a tax withheld at source in accordance with Brazilian law. However, such a tax cannot exceed 15 percent of the gross amount of the profits of that permanent establishment determined after the payment of the corporate tax related to such profits.

6. Nothing in this Article shall prevent the Philippines from imposing, apart from the corporate income tax, a tax on remittances of profits by a branch to its head office provided that the tax so imposed shall not exceed 15 percent of the amount remitted.

7. Where a company which is a resident of a Contracting State derives profits or income from the other Contracting State, that other Contracting State may not impose any tax on the dividends paid by the company, except insofar as such dividends are paid to a resident of that other State or insofar as the holding in respect of which the dividends are paid is effectively connected with a permanent establishment or a fixed base situated in that other State, nor subject the company's undistributed profits to any tax on undistributed profits, even if the dividends paid or the undistributed profits consist wholly or partly of profits or income arising in such other State.

Article 11

Interest

1. Interest arising in a Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2. However, such interest may be taxed in the Contracting State in which it arises, and according to the law of that State, but if the recipient is the beneficial owner of the interest, the tax so charged shall not exceed 15 percent of the gross amount of the interest.

3. Notwithstanding the provisions of paragraphs 1 and 2:

- a) interest arising in a Contracting State and paid to the Government of the other Contracting State, a political subdivision thereof or any agency (including a financial institution) wholly owned by that Government, or political subdivision shall be exempt from tax in the first-mentioned Contracting State;
- b) interest arising from securities, bonds or debentures issued by the Government of a Contracting State, a political subdivision thereof or by any agency (including a financial institution) owned by that Government shall be taxable only in that State;

c) subject to the provisions of paragraph (a) above, the Philippine tax on interest paid by a company which is a resident of the Philippines to a resident of Brazil in respect of public issues of bonds, debentures or similar obligations shall not exceed 10 percent of the gross amount of interest.

4. The term "interest" as used in this Article means income from Government securities, bonds or debentures, whether or not secured by mortgage and whether or not carrying a right to participate in profits, and debt-claims of every kind as well as all other income assimilated to income from money lent by the taxation law of the Contracting State in which the income arises.

5. The provisions of paragraphs 1, 2 and 3 shall not apply if the beneficial owner of the interest, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State in which the interest arises, through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the debt-claim in respect of which the interest is paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of Article 7 or Article 14, as the case may be, shall apply.

6. The limitation established in paragraph 2 shall not apply to interest arising in a Contracting State and paid to a permanent establishment of an enterprise of the other Contracting State which is situated in a third State.

7. Interest shall be deemed to arise in a Contracting State when the payer is that Contracting State itself, a political subdivision or a resident of that State. Where, however, the person paying the interest, whether he is a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment in connection with which the indebtedness on which the interest is paid was incurred and such interest is borne by such permanent establishment, then such interest shall be deemed to arise in the Contracting State in which the permanent establishment is situated.

8. Where, owing to a special relationship between the payer and the recipient or between both of them and some other person, the amount of the interest paid, having regard to the debt-claim for which

it is paid, exceeds the amount which would have been agreed upon by the payer and the recipient in the absence of such relationship, the provisions of this Article shall apply only to the last-mentioned amount. In that case, the excess part of the payments shall remain taxable according to the law of each Contracting State, due regard being had to the other provisions of this Convention.

Article 12

Royalties

1. Royalties arising in a Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

2. However, such royalties may be taxed in the Contracting State in which they arise, and according to the law of that State, but if the recipient is the beneficial owner of the royalties, the tax so charged shall not exceed:

- a) 25 percent of the gross amount of royalties arising from the use or the right to use trade marks and cinematograph films, films or tapes for television or radio broadcasting;
- b) 15 per cent of the gross amount of royalties in all other cases.

3. The term "royalties" as used in this Article means payments of any kind received as a consideration for the use of, or the right to use, any copyright of literary, artistic or scientific work (including cinematograph films, films or tapes for television or radio broadcasting), any patent, trade mark design or model, plan, secret formula or process for the use of, or the right to use, industrial, commercial or scientific equipment, or for information concerning industrial, commercial or scientific experience.

4. Royalties shall be deemed to arise in a Contracting State when the payer is that State itself, a political subdivision, a local authority or a resident of that State. Where, however, the person paying the royalties, whether he is a resident of a Contracting State or not, has in a Contracting State a permanent establishment in connection with which the obligation to pay the royalties was incurred, and such royalties are borne by the permanent establishment, then such royalties shall be deemed to arise in the Contracting State in which the permanent establishment is situated.

5. The provisions of paragraphs 1 and 2 shall not apply if the beneficial owner of the royalties, being a resident of a Contracting State, carries on business in the other Contracting State in which the royalties arise, through a permanent establishment situated therein, or performs in that other State independent personal services from a fixed base situated therein, and the right or property in respect of which the royalties are paid is effectively connected with such permanent establishment or fixed base. In such case the provisions of Article 7 or Article 14, as the case may be, shall apply.

6. Where, owing to a special relationship between the payer and the recipient or between both of them and some other person, the amount of the royalties paid, having regard to the use, the right or information for which they are paid, exceeds the amount which would have been agreed upon by the payer and the recipient in the absence of such relationship, the provisions of this Article shall apply only to the last-mentioned amount. In that case, the excess part of the payments shall remain taxable according to the law of each Contracting State, due regard being had to the other provisions of this Convention.

Article 13

Capital gains

1. Gains from the alienation of immovable property, as defined in paragraph 2 of Article 6, may be taxed in the Contracting State in which the immovable property is situated.

2. Gains from the alienation of movable property forming part of the business property of a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State or of movable property pertaining to a fixed base available to a resident of a Contracting State in the other Contracting State for the purpose of performing professional services, including such gains from the alienation of such a permanent establishment (alone or together with the whole enterprise) or of such a fixed base may be taxed in the other State.

3. Gains derived by a resident of one of the Contracting States from the alienation of ships and aircraft operated in international traffic and movable property pertaining to the operation of such ships and aircraft shall be taxable only in that Contracting State.

4. Gains from the alienation of any property or right other than those mentioned in paragraphs 1, 2 and 3 may be taxed in both Contracting States.

Article 14

Independent personal services

1. Income derived by a resident of a Contracting State in respect of professional services or other independent activities of a similar nature shall be taxable only in that State, unless the payment of such activities and services is borne by a permanent establishment situated in the other Contracting State or a company resident therein. In such a case, the income may be taxed in that other State.

2. The term "professional services" includes, especially, independent scientific, technical, literary, artistic, educational or teaching activities as well as the independent activities of physicians, lawyers, engineers, architects, dentists and accountants.

Article 15

Dependent personal services

1. Subject to the provisions of Articles 16, 18, 19, 20 and 21, salaries, wages and other similar remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment shall be taxable only in that State unless the employment is exercised in the other Contracting State. If the employment is so exercised such remuneration as is derived therefrom may be taxed in that other State.

2. Notwithstanding the provisions of paragraph 1, remuneration derived by a resident of a Contracting State in respect of an employment exercised in the other Contracting State shall be taxable only in the first-mentioned State if:

- a) the recipient is present in the other State for a period or periods not exceeding in the aggregate 183 days in the fiscal year concerned, and
- b) the remuneration is paid by, or on behalf of, an employer who is not a resident of the other State, and
- c) the remuneration is not borne by a permanent establishment or a fixed base which the employer has in the other State.

3. Notwithstanding the preceding provisions of this Article, remuneration in respect of a employment exercised aboard a ship or an aircraft operated in international traffic by a resident of one of the Contracting States may be taxed in that Contracting State.

Article 16

Directors' fees

Directors' fees and similar payments derived by a resident of a Contracting State in his capacity as a member of the board of directors or of any council of a company which is a resident of the other Contracting State may be taxed in that other State.

Article 17

Artistes and Athletes

1. Notwithstanding the provisions of Articles 14 and 15, income derived by entertainers, such as theatre, motion picture, radio or television artistes, and musicians, and by athletes, from their personal activities as such may be taxed in the Contracting State in which those activities are exercised.

2. Where the services mentioned in paragraph 1 of this Article are provided in a Contracting State by an enterprise of the other Contracting State, then the income derived from providing those services by such an enterprise may, notwithstanding any other provision of this Convention, be taxed in the first-mentioned Contracting State.

3. The provisions of paragraphs 1 and 2 of this Article shall not apply to income derived from activities performed in a Contracting State by an entertainer or an athlete if the visit to that Contracting State is substantially supported by public funds of, or sponsored by the other Contracting State, including those of any political subdivision, local authority or satutory body thereof.

Article 18

Pensions and annuities

1. Subject to the provisions of Article 19, pensions and other similar remuneration, and annuities arising in a Contracting State and paid to a resident of the other Contracting State may be taxed in the first-mentioned State.

2. As used in this Article:

- a) the term "pensions and other similar remuneration" means periodic payments made after retirement in consideration of past employment or by way of compensation for injuries received, in connection with past employment;
- b) the term "annuity" means a stated sum payable periodically at stated times during life, or during a specified or ascertainable period of time, under an obligation to make the payments in return for adequate and full consideration in money or money's worth (other than services rendered).

Article 19

Governmental payments

1. Remuneration, not including pensions, paid by a Contracting State, a political subdivision or a local authority thereof to any individual in respect of services rendered to that State, to a political subdivision or local authority shall be taxable only in that State.

However, such remuneration shall be taxable only in the Contracting State of which the recipient is a resident if the services are rendered in that State and the recipient of the remuneration is a resident of that State who

- a) is a national of that State, or
- b) did not become a resident of that State solely for the purpose of performing the services.

2. Pensions paid by, or out funds created by, a Contracting State, a political subdivision or a local authority thereof to any individual in respect of services rendered to that State, to a political subdivision or a local authority thereof shall be taxable only in that State.

However, such pensions shall be taxable only in the other Contracting State if the recipient is a national of, and a resident of, that State.

3. Pensions paid out under the Social Security Scheme of a Contracting State to a resident of the other Contracting State shall be taxable only in the first-mentioned State.

4. The provisions of Articles 15, 16 and 18 shall apply to remuneration and pensions paid in respect of services rendered in connection with any business carried on by a Contracting State, a political subdivision or a local authority thereof.

Article 20

Teachers and Researchers

1. An individual who is, or was immediately before visiting a Contracting State, a resident of the other Contracting State and who, at the invitation of the first-mentioned Contracting State or of a university, college, school, museum or other cultural institution in that first-mentioned Contracting State or under an official programme of cultural exchange, is present in that State for a period not exceeding two consecutive taxable years solely for the purpose of teaching, giving lectures or carrying out research at such institution shall be exempt from tax in that State on his remuneration for such activity, provided such remuneration:

- a) is derived from outside that State, or
- b) is derived from that State but the exemption is limited to the amount of twenty-four thousand United States dollars (\$24,000) per annum or its equivalent in local currency, or such other amount as may be agreed in letters exchanged by the competent authorities.

2. This Article shall not apply to remuneration which a teacher or researcher receives for conducting research if the research is undertaken primarily for the private benefit of a specific person or persons.

Article 21

Students and business apprentices

1. An individual who is, or was immediately before visiting a Contracting State, a resident of the other Contracting State and who is present in the first-mentioned Contracting State solely

- a) as a student at a university, college or school in that first-mentioned Contracting State,

- b) as the recipient of a grant, allowance or award for the primary purpose of study or research from a religious, charitable, scientific or educational organisation,
- c) as a member of a technical cooperation programme entered into by the Government of the other Contracting State, or,
- d) as a business apprentice,

shall be exempt from tax in that first-mentioned Contracting State for a period not exceeding two consecutive taxable years in respect of the amount of such grant, allowance or award and in respect of any remittances from abroad for the purpose of his maintenance, education or training.

2. An individual who is, or was immediately before visiting a Contracting State, a resident of the other Contracting State and who is present in the first-mentioned Contracting State solely for the purposes of his education or training shall be exempt from tax in that first-mentioned Contracting State for a period not exceeding two consecutive taxable years in respect of the amount of remuneration from employment in that State.

3. The amounts referred to in paragraphs 1 and 2 of this Article shall mean twelve thousand United States dollars (\$12,000) per annum or its equivalent in local currency or such other amount as may be agreed upon in letters exchanged by the competent authorities.

Article 22

Other income

Items of income of a resident of a Contracting State, arising in the other Contracting State and not dealt with in the foregoing Articles of this Convention, may be taxed in that other State.

Article 23

Methods for the elimination of double taxation

1. Where a resident of a Contracting State derives income which, in accordance with the provisions of this Convention, may be taxed in the other Contracting State, the first Contracting State shall allow as a deduction from the tax on the income of that

resident, an amount equal to the income tax paid in the other Contracting State.

The deduction shall not, however, exceed that part of the income tax as computed before the deduction is given, which is appropriate to the income which may be taxed in the other Contracting State.

2. For the deduction indicated in paragraph 1, the Brazilian tax and the Philippine tax shall always be deemed to have been paid at the rate of 25 per cent in the following cases:

- a) dividends referred to in paragraph 2 of Article 10;
- b) interest referred to in paragraph 2 of Article 11; and
- c) royalties referred to in paragraph 2 of Article 12.

3. In the case of a company which is a resident of one of the Contracting State which owns more than 15 percent of the voting stock of a company which is a resident of the other Contracting State from which it receives dividends in any taxable year, the first-mentioned Contracting State shall also allow credit for the appropriate amount of taxes paid or accrued to the other Contracting State by the company paying such dividends with respect to the profits out of which such dividends are paid, including the taxes which would have been paid or accrued if the tax of that other Contracting State had not been exempted or reduced in accordance with the special incentive measures designed to promote economic development in that other Contracting State. The deduction shall not, however, exceed that part of the income tax of that Contracting State as computed before the deduction is given, which is appropriate to the income which may be taxed in the other Contracting State.

Article 24

Non-discrimination

1. The nationals of a Contracting State shall not be subject in the other Contracting State to any taxation or any requirement connected therewith which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which nationals of that other State in the same circumstances are or may be subjected.

2. The taxation of a permanent establishment which an enterprise of a Contracting State has in the other Contracting State shall not be less favourably levied in that other State than the

taxation levied on enterprises of that other State carrying on the same activities.

This provision shall not be construed as obliging a Contracting State to grant to residents of the other Contracting State any personal allowances, reliefs and reductions for taxation purpose on account of civil status or family responsibilities which it grants to its own residents.

3. Enterprises of a Contracting State, the capital of which is wholly or partly owned or controlled, directly or indirectly, by one or more residents of the other Contracting State, shall not be subjected in the first-mentioned State to any taxation or any requirement connected therewith which is other or more burdensome than the taxation and connected requirements to which other similar enterprises of the first-mentioned State, the capital of which is wholly or partly owned or controlled, directly or indirectly, by one or more residents of a third State, are or may be subjected.

4. Notwithstanding the preceding provisions of this Article, either Contracting State may, in the promotion of necessary industry or business, limit to its nationals the enjoyment of tax incentives granted by it.

5. In this Article, the term "taxation" means taxes which are the subject of this Convention.

Article 25

Mutual agreement procedure

1. Where a resident of a Contracting State considers that the actions of one or both of the Contracting States result or will result for him in taxation not in accordance with this Convention, he may notwithstanding the remedies provided by the national laws of those States, present his case to the competent authority of the Contracting State of which he is a resident.

2. The competent authority shall endeavour, if the objection appears to it to be justified and if it is not itself able to arrive at an appropriate solution, to resolve the case by mutual agreement with the competent authority of the other Contracting State, with a view to the avoidance of taxation not in accordance with the Convention.

3. A Contracting State shall not, after five years from the end of the taxable period in which the income concerned has accrued, increase the tax base of a resident of either of the Contracting States by including therein items of income which have also been charged to tax in the other Contracting State. This paragraph shall not apply in the case of fraud, wilful default or neglect.

4. The competent authorities of the Contracting States shall endeavour to resolve by mutual agreement any difficulties or doubts arising as to the interpretation or application of the Convention.

5. The competent authorities of the Contracting States may communicate with each other directly for the purposes of reaching an agreement in the sense of the preceding paragraphs.

Article 26

Exchange of information

1. The competent authorities of the Contracting States shall exchange such information as is necessary for the carrying out of this Convention. Any information so exchanged shall be treated as secret and shall not be disclosed to any persons, authorities or courts other than those concerned with the assessment or collection of the taxes which are the subject of this Convention or the determination of appeals or the prosecution of offences in relation thereto.

2. In no case shall the provisions of paragraph 1 be construed so as to impose on one of the Contracting States the obligation:

- a) to carry out administrative measures at variance with the laws or the administrative practice of that or of the other Contracting State;
- b) to supply particulars which are not obtainable under the laws or in the normal course of the administration of that or of the other Contracting State;
- c) to supply information which would disclose any trade, business, industrial, commercial or professional secret or trade process, or information, the disclosure of which would be contrary to public policy.

Article 27

Diplomatic and consular officials

Nothing in this Convention shall affect the fiscal privileges of diplomatic or consular officials under the general rules of international law or under the provisions of special agreements.

Article 28

Entry into force

1. This Convention shall be ratified and the instruments of ratification shall be exchanged at *Havana*, as soon as possible.

2. The Convention shall enter into force upon the exchange of instruments of ratification and its provisions shall have effect for the first time:

- I - as respects taxes withheld at source to amounts paid or credited on or after January 1st of the calendar year immediately following that in which the Convention enters into force;
- II - as respects other taxes covered by this Convention, for taxable year beginning on or after January 1st of the calendar year immediately following that in which the Convention enters into force.

Article 29

Termination

Either Contracting State may terminate this Convention after a period of three years from the date on which this Convention enters into force by giving to the other Contracting State, through diplomatic channels, a written notice of termination provided that any such notice shall be given only on or before the thirtieth day of June in any calendar year.

In such a case this Convention shall apply for the last time:

- I - as respects taxes withheld at source, to amounts paid or credited before the expiration of the calendar year in which the notice of termination is given;

II- as respects other taxes covered by this Convention, to amounts received during the taxable year beginning in the calendar year in which the notice of termination is given.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, duly authorized thereto, have signed this Convention.

DONE in duplicate in *Branhia* on the *29th* day of *September*, *1963* in the Portuguese and English languages, each text being equally authentic.

For the Federative Republic
of Brazil:

[Signed — Signé]¹

For the Republic
of the Philippines:

[Signed — Signé]²

¹ Signed by João Clemente Baena Soares — Signé par João Clemente Baena Soares.

² Signed by Sergio A. Barreas — Signé par Sergio A. Barreas.

PROTOCOL

At the moment of the signature of the Convention for the avoidance of double taxation with respect to taxes on income between the Federative Republic of Brazil and the Republic of the Philippines the undersigned, being duly authorized thereto, have agreed upon the following provisions which constitute an integral part of the present Convention.

1. With reference to Article 1

It is understood that the Philippines shall have the right to tax in accordance with Philippine law its citizens who are not residents of the Philippines, but Brazil shall not be bound to give credit for such tax.

In the event income derived by its citizens is taxed in accordance with the preceding sentence, the Philippines shall allow as a deduction from taxable income an amount equal to the income tax paid in Brazil.

2. With reference to Article 3, paragraph 1, subparagraph (e)

It is understood that in the case of the Philippines, the term "person" defined therein includes an estate or a trust recognized as such under the Philippine laws.

3. With reference to Article 5, paragraph 3

It is understood that the maintenance of a fixed place of business solely for any combination of activities mentioned in subparagraphs (a) to (e) thereof, shall not be deemed to constitute a permanent establishment provided that the overall activity of the fixed place of business resulting from such a combination is of preparatory or auxiliary character.

4. With reference to Article 7, paragraph 3

It is understood that the provisions of paragraph 3 of Article 7:

- a) shall be construed to mean that expenses incurred for the purpose of the permanent establishment including those for executive and general administrative expenses shall be allowed as a deduction whether incurred in the state where the permanent establishment is situated or elsewhere, and

- b) shall not affect the provisions of the internal laws of Brazil or the Philippines in respect of amounts paid or charged (other than reimbursement of actual expenses) by the permanent establishment to the head office of the enterprise or to any of its other offices, by way of:
 - i) royalties, fees or other similar payments in return for the use of patents or other rights,
 - ii) commission for specific services performed or for management, and
 - iii) interest on money lent to the permanent establishment, except in the case of banking institution.

5. With reference to Article 8

It is understood that the tax that may be imposed by one of the Contracting States on profits from sources within that Contracting State derived by a resident of the other Contracting State from the operation of ships or aircraft in international traffic shall not exceed the lesser of:

- a) one and one-half per cent of the gross revenue derived from sources in that State; and
- b) the lowest rate of Philippine tax that may be imposed on profits of the same kind derived under similar circumstances by a resident of a third State.

6. With reference to Article 10, paragraph 4

It is understood that in the case of Brazil the term "dividends" also includes any distribution in respect of certificates of an investment-trust which is a resident of Brazil.

7. With reference to Article 12

It is understood that:

- a) in the case of the Philippines, the rate prescribed in paragraph 2(b) shall only apply to royalties paid by an enterprise registered with the Philippine Board of Investment and engaged in preferred areas of activities. In all other cases, the rate of tax shall not exceed 25 per cent of the gross amount of royalties paid.
- b) the provisions of paragraph 3 shall apply to payments of any kind received as a consideration for the rendering of technical assistance and technical services.

8. With reference to Article 14

It is understood that the provisions of Article 14 shall apply even if the activities are exercised by a "Sociedade Civil" (Civil Company).

9. With reference to Article 16

It is understood that any remuneration which a person to whom Article 16 applies derives from the company in respect of the discharge of day-to-day functions of a managerial or technical nature may be taxed in accordance with the provisions of Article 15 (Dependent personal services).

10. With reference to Article 24, paragraph 2

It is understood that the provisions of paragraph 5 of Article 10 are not in conflict with the provisions of paragraph 2 of Article 24.

11. With reference to Article 24, paragraph 3

The provisions of the Brazilian law which do not allow that royalties as defined in paragraph 3 of Article 12, paid by company resident of Brazil to a person who is not a resident of Brazil who holds at least 50 per cent of the voting capital of that company be deductible at the moment of the determination of the taxable income of the company resident of Brazil, are not in conflict with the provisions of paragraph 3 of Article 24 of the present Convention.

DONE in the city of *Branhia*, this 29th day of *September* 1983, in duplicate, in the Portuguese and English languages, all two texts being equally authentic.

For the Government
of the Federative Republic of Brazil:

[Signed — Signé]¹

For the Republic
of the Philippines:

[Signed — Signé]²

¹ Signed by João Clemente Baena Soares — Signé par João Clemente Baena Soares.

² Signed by Sergio A. Barreas — Signé par Sergio A. Barreas.

[TRADUCTION — TRANSLATION]

CONVENTION¹ ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DES PHILIPPINES TENDANT À ÉVITER LA DOUBLE IMPOSITION ET À PRÉVENIR L'ÉVASION FISCALE EN MATIÈRE D'IMPÔTS SUR LE REVENU

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et

Le Gouvernement de la République des Philippines

Désireux de conclure une convention en vue d'éviter la double imposition et de prévenir l'évasion fiscale en matière d'impôts sur le revenu,

Sont convenus de ce qui suit :

Article premier. PERSONNES VISÉES

La présente Convention s'applique aux personnes qui sont des résidents de l'un des Etats contractants ou des deux Etats contractants.

Article 2. IMPÔTS VISÉS

1. La présente Convention s'applique aux impôts sur le revenu perçus pour le compte d'un Etat contractant, quel que soit le système de perception.

2. Les impôts actuels auxquels s'applique la Convention sont :

a) En ce qui concerne le Brésil :

— L'impôt fédéral sur le revenu, à l'exclusion de l'impôt sur les versements excessifs et de l'impôt sur les activités secondaires,

(ci-après dénommés l'« impôt brésilien »);

b) En ce qui concerne les Philippines :

— Les impôts sur le revenu perçus par le Gouvernement de la République des Philippines;

(ci-après dénommés l'« impôt philippin »).

3. La Convention s'applique aussi aux impôts de nature identique ou analogue qui seraient établis ultérieurement et qui s'ajouteraient aux impôts actuels ou qui les remplaceraient. Les autorités compétentes des Etats contractants se communiquent les modifications apportées à leurs législations fiscales respectives.

Article 3. DÉFINITIONS GÉNÉRALES

1. Aux fins de la présente Convention, à moins que le contexte n'en dispose autrement :

¹ Entrée en vigueur le 20 août 1991 par l'échange des instruments de ratification, qui a eu lieu à Manille, conformément au paragraphe 2 de l'article 28.

- a) Le terme « Brésil » s'entend de la République fédérative du Brésil;
- b) Le terme « Philippines » désigne la République des Philippines;
- c) Le terme « national » désigne :
 - I) Toute personne physique possédant la nationalité ou la citoyenneté d'un Etat contractant;
 - II) Toute personne morale, société de personnes ou association constituée conformément à la législation en vigueur dans l'un des Etats contractants;
- d) Les expressions « un Etat contractant » et « l'autre Etat contractant » désignent le Brésil ou les Philippines, selon le contexte;
- e) Le terme « personne » comprend les personnes physiques, les sociétés et tous autres groupements de personnes;
- f) Le terme « société » désigne toute personne morale ou tout sujet de droit considéré comme une personne morale aux fins de l'imposition;
- g) Les expressions « entreprise d'un Etat contractant » et « entreprise de l'autre Etat contractant » désignent respectivement une entreprise exploitée par un résident d'un Etat contractant et une entreprise exploitée par un résident de l'autre Etat contractant;
- h) L'expression « trafic international » désigne tout transport effectué par un navire ou un aéronef exploité par un résident d'un Etat contractant, sauf lorsque le navire ou l'aéronef n'est exploité qu'entre des points situés dans l'autre Etat contractant;
- i) Le terme « impôt » s'entend, selon le contexte, de l'impôt brésilien ou de l'impôt philippin;
- j) L'expression « autorité compétente » s'entend :
 - I) Au Brésil : du Ministre des finances, du Secrétaire au revenu national ou de leurs représentants autorisés;
 - II) Aux Philippines : du Ministre des finances ou de son représentant autorisé.

2. Pour l'application de la Convention par un Etat contractant, toute expression qui n'y est pas définie a le sens que lui attribue le droit de cet Etat concernant les impôts auxquels s'applique la Convention, à moins que le contexte n'exige une interprétation différente.

Article 4. RÉSIDENT

1. Au sens de la présente Convention, l'expression « résident d'un Etat contractant » désigne toute personne qui, en vertu de la législation de cet Etat, est assujettie à l'impôt dans cet Etat en raison de son domicile, de sa résidence, de son siège de direction ou de tout autre critère de nature analogue. Toutefois, cette expression n'inclut pas les personnes qui ne sont imposables dans cet Etat que pour les revenus qu'elles tirent de sources situées dans ledit Etat.

2. Lorsque, selon les dispositions du paragraphe 1, une personne physique est considérée comme un résident des deux Etats contractants, sa situation est réglée de la manière suivante :

- a) Cette personne est considérée comme un résident de l'Etat où elle dispose d'un foyer d'habitation permanent; si elle dispose d'un foyer d'habitation perma-

ment dans les deux Etats, elle est considérée comme un résident de l'Etat avec lequel ses liens personnels et économiques sont les plus étroits (centre des intérêts vitaux);

b) Si l'Etat où cette personne a le centre de ses intérêts vitaux ne peut pas être déterminé, ou si elle ne dispose d'un foyer d'habitation permanent dans aucun des Etats, elle est considérée comme un résident de l'Etat où elle séjourne de façon habituelle;

c) Si cette personne séjourne de façon habituelle dans les deux Etats ou si elle ne séjourne de façon habituelle dans aucun d'eux, elle est considérée comme un résident de l'Etat dont elle possède la nationalité;

d) Si cette personne possède la nationalité des deux Etats ou si elle ne possède la nationalité d'aucun d'eux, les autorités compétentes des Etats contractants tranchent la question d'un commun accord.

3. Lorsque, selon les dispositions du paragraphe 1, une personne autre qu'une personne physique est un résident des deux Etats contractants, les autorités compétentes desdits Etats tranchent la question d'un commun accord.

Article 5. Etablissement stable

1. Au sens de la présente Convention, l'expression « établissement stable » désigne une installation fixe d'affaires par l'intermédiaire de laquelle une personne exerce tout ou partie de son activité.

2. L'expression « établissement stable » comprend notamment :

- a) Un siège de direction;
- b) Une succursale;
- c) Un bureau;
- d) Une usine;
- e) Un atelier;
- f) Une mine, une carrière ou tout autre lieu d'exploration ou d'extraction de ressources naturelles;
- g) Un chantier de construction ou de montage dont la durée dépasse six mois;
- h) Un entrepôt utilisé par une personne qui fournit des installations de stockage à d'autres.

3. On considère qu'il n'y a pas « établissement stable » si :

- a) Il est fait usage d'installations aux seules fins de stockage ou d'exposition de marchandises appartenant à l'entreprise;
- b) Des marchandises appartenant à l'entreprise sont entreposées aux seules fins de stockage ou d'exposition;
- c) Des marchandises appartenant à l'entreprise sont entreposées aux seules fins de transformation par une autre entreprise;
- d) Une installation fixe d'affaires est utilisée aux seules fins d'acheter des marchandises ou de réunir des informations pour l'entreprise;

e) Une installation fixe d'affaires est utilisée, pour l'entreprise, aux seules fins de publicité, de fourniture d'informations, de recherches scientifiques ou d'activités analogues qui ont un caractère préparatoire ou auxiliaire.

4. Une personne (autre qu'un agent jouissant d'un statut indépendant visé au paragraphe 5) agissant dans un Etat contractant pour le compte d'une entreprise de l'autre Etat contractant est considérée comme un établissement stable dans le premier Etat contractant si elle dispose des pouvoirs nécessaires pour passer, dans ce premier Etat, des contrats au nom de l'entreprise et exerce habituellement ces pouvoirs, à moins que son rôle ne se borne à l'achat de marchandises pour le compte de l'entreprise.

Toutefois, une entreprise d'assurance d'un Etat contractant est considérée, sauf en matière de réassurance, comme ayant un établissement stable dans l'autre Etat si elle perçoit des primes sur le territoire de cet Etat ou assure des risques qui y sont encourus.

5. Une entreprise d'un Etat contractant n'est pas considérée comme ayant un établissement stable dans l'autre Etat contractant du seul fait qu'elle y exerce une activité industrielle ou commerciale par l'entremise d'un courtier, d'un commissaire général ou de tout autre agent jouissant d'un statut indépendant, lorsque ces personnes agissent dans le cadre de leur activité ordinaire.

6. Le fait qu'une société résidente d'un Etat contractant contrôle une société, ou est contrôlée par une société, qui est résidente de l'autre Etat contractant ou qui y exerce une activité industrielle ou commerciale (par l'intermédiaire d'un établissement stable ou de toute autre manière) ne suffit pas à lui seul à faire de l'une de ces sociétés un établissement stable de l'autre.

Article 6. REVENUS IMMOBILIERS

1. Les revenus provenant de biens immobiliers, y compris les revenus des exploitations agricoles ou forestières, sont imposables dans l'Etat contractant où ces biens sont situés.

2. *a)* Sous réserve des dispositions des alinéas *b* et *c*, l'expression « biens immobiliers » est définie conformément au droit de l'Etat contractant où les biens considérés sont situés;

b) Cette expression comprend en tout cas les accessoires, le cheptel mort ou vif des exploitations agricoles et forestières, les droits régis par les dispositions du droit privé concernant la propriété foncière, l'usufruit des biens immobiliers et les droits à des paiements variables ou fixes pour l'exploitation, ou la concession de l'exploitation de gisements minéraux, sources et autres ressources naturelles;

c) Les navires, les bateaux et les aéronefs ne sont pas considérés comme des biens immobiliers.

3. Les dispositions du paragraphe 1 s'appliquent aux revenus provenant de l'exploitation directe, de la location ou de l'affermage, ainsi que de toute autre forme d'exploitation des biens immobiliers.

4. Les dispositions des paragraphes 1 et 3 s'appliquent aussi aux revenus provenant de biens immobiliers d'une entreprise et aux revenus provenant de biens immobiliers servant à l'exercice d'une profession indépendante.

Article 7. BÉNÉFICES DES ENTREPRISES

1. Les bénéfices d'une entreprise de l'un des Etats contractants ne sont imposables que dans cet Etat, à moins que l'entreprise n'exerce son activité dans l'autre Etat contractant par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé. Dans ce cas, lesdits bénéfices ne peuvent être imposés dans l'autre Etat que dans la mesure où ils sont imputables à cet établissement stable.

2. Sous réserve des dispositions du paragraphe 3, lorsqu'une entreprise d'un des Etats contractants exerce une activité dans l'autre Etat contractant par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé, il est imputé à cet établissement stable, dans chaque Etat contractant, les bénéfices qu'il aurait pu réaliser s'il avait été une entreprise distincte et séparée exerçant des activités identiques ou analogues dans des conditions identiques ou analogues et traitant en toute indépendance avec l'entreprise dont il est un établissement stable.

3. Pour déterminer les bénéfices d'un établissement stable, sont admises en déduction les dépenses encourues aux fins poursuivies par cet établissement, y compris les dépenses de direction et les frais généraux d'administration ainsi exposés.

4. Aucun bénéfice n'est imputé à un établissement stable du seul fait qu'il a acheté des produits ou marchandises pour l'entreprise.

5. Lorsque les bénéfices comprennent des éléments de revenu traités séparément dans d'autres articles de la présente Convention, les dispositions du présent article s'entendent sans préjudice des dispositions de ces autres articles.

Article 8. TRANSPORTS MARITIMES ET AÉRIENS

1. Les bénéfices tirés de sources situées dans un Etat contractant par un résident de l'autre Etat contractant sont imposables dans les deux Etats contractants.

2. Les dispositions du paragraphe 1 s'appliquent aussi aux bénéfices provenant de la participation à un pool, à une coentreprise ou un organisme international d'exploitation.

Article 9. ENTREPRISES ASSOCIÉES

1. Lorsque :

a) Une entreprise de l'un des Etats contractants participe directement ou indirectement à la direction, au contrôle ou au capital d'une entreprise de l'autre Etat contractant, ou que

b) Les mêmes personnes participent directement ou indirectement à la direction, au contrôle ou au capital d'une entreprise de l'un des Etats contractants et d'une entreprise de l'autre Etat contractant,

et que, dans l'un ou l'autre cas, les deux entreprises sont, dans leurs relations commerciales ou financières, liées par des conditions convenues ou imposées qui diffèrent de celles qui seraient convenues entre entreprises indépendantes, les bénéfices qui, n'étaient ces conditions, auraient été réalisés par l'une de ces entreprises mais ne l'ont pas été du fait de ces conditions, peuvent être inclus dans les bénéfices de cette entreprise et imposés en conséquence.

Article 10. DIVIDENDES

1. Les dividendes payés par une société qui est un résident de l'un des Etats contractants à un résident de l'autre Etat contractant peuvent être imposés dans cet autre Etat.

2. Toutefois, ces dividendes peuvent également être imposés dans l'Etat contractant dont la société distributrice de dividendes est un résident, et conformément à la législation de cet Etat, mais si la personne qui perçoit les dividendes en est le bénéficiaire effectif, l'impôt ainsi établi ne peut excéder :

a) 15 p. 100 du montant brut des dividendes si le bénéficiaire effectif est une société, y compris une société de personnes;

b) 25 p. 100 du montant brut des dividendes dans tous les autres cas.

Le présent paragraphe ne porte pas atteinte à l'imposition de la société au titre des bénéfices qui servent au paiement des dividendes.

3. Les dispositions des paragraphes 1 et 2 ne s'appliquent pas lorsque le bénéficiaire effectif des dividendes, résident d'un Etat contractant, exerce dans l'autre Etat contractant, dont la société qui paie les dividendes est un résident, soit une activité industrielle ou commerciale par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé, soit une profession indépendante au moyen d'une base fixe qui y est située, et que la participation génératrice des dividendes s'y rattache effectivement. Dans ces cas, les dispositions de l'article 7 ou de l'article 14, suivant le cas, sont applicables.

4. Le terme « dividendes » employé dans le présent article, désigne les revenus provenant d'actions, actions ou bons de jouissance, parts de mine, parts de fondateur ou autres parts bénéficiaires à l'exception des créances, ainsi que les revenus d'autres parts sociales assimilés aux revenus d'actions par la législation fiscale de l'Etat dont la société distributrice est un résident.

5. Lorsqu'un résident des Philippines a un établissement stable au Brésil, cet établissement stable peut être assujéti à un impôt retenu à la source conformément à la législation brésilienne. Toutefois, cet impôt ne peut excéder 15 p. 100 du montant brut des bénéfices de cet établissement stable, calculé après paiement de l'impôt sur les sociétés afférent à ces bénéfices.

6. Aucune disposition du présent article ne peut empêcher les Philippines de percevoir, en plus de l'impôt sur les bénéfices des sociétés, un impôt sur les transferts de bénéfices par une filiale d'une société à sa maison-mère, à condition que cet impôt ne dépasse pas 15 p. 100 du montant transféré.

7. Lorsqu'une société qui est un résident d'un Etat contractant tire des bénéfices ou des revenus de l'autre Etat contractant, cet autre Etat ne peut percevoir aucun impôt sur les dividendes payés par la société, sauf dans la mesure où ces dividendes sont payés à un résident de cet autre Etat ou dans la mesure où la participation génératrice des dividendes se rattache effectivement à un établissement stable ou à une base fixe situés dans cet autre Etat, ni prélever aucun impôt, au titre de l'imposition des bénéfices non distribués, sur les bénéfices non distribués de la société, même si les dividendes payés ou les bénéfices non distribués consistent en tout ou en partie en bénéfices ou revenus provenant de cet autre Etat.

Article 11. INTÉRÊTS

1. Les intérêts provenant d'un Etat contractant et payés à un résident de l'autre Etat contractant sont imposables dans cet autre Etat.

2. Toutefois, ces intérêts sont aussi imposables dans l'Etat contractant d'où ils proviennent et selon la législation de cet Etat; mais si la personne qui reçoit les intérêts en est le bénéficiaire effectif, l'impôt ainsi établi ne peut excéder 15 p. 100 du montant brut des intérêts.

3. Nonobstant les dispositions des paragraphes 1 et 2 :

a) Les intérêts provenant d'un Etat contractant et payés au gouvernement de l'autre Etat contractant, à une de ses subdivisions politiques ou à tout organisme (y compris une institution financière) dont le capital est entièrement détenu par ce gouvernement ou cette subdivision politique, sont exonérés d'impôt dans le premier Etat contractant;

b) Les intérêts provenant de titres, obligations ou fonds d'emprunt émis par le gouvernement de l'un des Etats contractants, par l'une de ses subdivisions politiques ou par tout organisme (y compris une institution financière) dont le capital est détenu par ce gouvernement ne sont imposables que dans cet Etat;

c) Sous réserve des dispositions de l'alinéa *a* ci-dessus, l'impôt philippin sur les intérêts payés par une société qui est un résident des Philippines à un résident du Brésil au titre d'émissions publiques d'obligations, de fonds d'emprunt ou titres similaires ne peut excéder 10 p. 100 du montant brut des intérêts.

4. Au sens du présent article, l'expression « intérêts » s'entend des revenus des fonds publics et des obligations d'emprunts, assortis ou non d'une garantie hypothécaire ou d'une clause de participation aux bénéfices, et des revenus des créances de toute nature ainsi que de tous les autres revenus assimilés à des revenus de sommes prêtées par la législation fiscale de l'Etat contractant d'où ils proviennent.

5. Les dispositions des paragraphes 1, 2 et 3 ne s'appliquent pas lorsque le bénéficiaire effectif des intérêts, résident d'un Etat contractant, exerce dans l'autre Etat contractant d'où proviennent les intérêts soit une activité industrielle ou commerciale par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé, soit une profession indépendante au moyen d'une base fixe qui y est située et que la créance génératrice des intérêts s'y rattache effectivement. Dans ces cas, les dispositions de l'article 7 ou de l'article 14, selon le cas, sont applicables.

6. La limitation prévue au paragraphe 2 ne s'applique pas aux intérêts provenant de l'un des Etats contractants et payés à un établissement stable d'une entreprise de l'autre Etat contractant qui est situé dans un Etat tiers.

7. Les intérêts sont considérés comme provenant d'un Etat contractant lorsque le débiteur est cet Etat lui-même, une subdivision politique ou un résident de cet Etat. Toutefois, lorsque le débiteur des intérêts, qu'il soit ou non un résident d'un Etat contractant, a dans un Etat contractant un établissement stable pour lequel la dette donnant lieu au paiement des intérêts a été contractée et qui supporte la charge de ces intérêts, ceux-ci sont considérés comme provenant de l'Etat où l'établissement stable est situé.

8. Lorsque, en raison de relations spéciales existant entre le débiteur et le bénéficiaire ou que l'un et l'autre entretiennent avec de tierces personnes, le mon-

tant des intérêts, compte tenu de la créance pour laquelle ils sont payés, excède celui dont seraient convenus le débiteur et le bénéficiaire en l'absence de pareilles relations, les dispositions du présent article ne s'appliquent qu'à ce dernier montant. Dans ce cas, la partie excédentaire des paiements reste imposable selon la législation de chaque Etat contractant, compte dûment tenu des autres dispositions de la présente Convention.

Article 12. REDEVANCES

1. Les redevances provenant d'un Etat contractant et payées à un résident de l'autre Etat contractant sont imposables dans cet autre Etat.

2. Toutefois, ces redevances sont aussi imposables dans l'Etat contractant d'où elles proviennent et selon la législation de cet Etat; mais si la personne qui reçoit les redevances en est le bénéficiaire effectif, l'impôt ainsi établi ne peut excéder :

a) 25 p. 100 du montant brut des redevances provenant de l'exploitation ou de la concession de l'exploitation d'une marque de fabrique ou de commerce, d'un film cinématographique ou d'un film ou enregistrement pour émissions télévisées ou radiodiffusées;

b) 15 p. 100 du montant brut des redevances dans tous les autres cas.

3. Le terme « redevances » employé dans le présent article désigne les rémunérations de toute nature payées pour l'usage ou la concession de l'usage d'un droit d'auteur sur une œuvre littéraire, artistique ou scientifique, y compris les films cinématographiques, ou les films ou bandes utilisés pour les émissions radiophoniques ou télévisées, d'un brevet, d'une marque de fabrique ou de commerce, d'un dessin ou d'un modèle, d'un plan, d'une formule ou d'un procédé secrets, ainsi que pour l'usage ou la concession de l'usage d'un équipement industriel, commercial ou scientifique et pour des informations ayant trait à une expérience acquise dans le domaine industriel, commercial ou scientifique.

4. Les redevances sont considérées comme provenant d'un Etat contractant lorsque le débiteur est cet Etat lui-même, une subdivision politique, une collectivité locale ou un résident de cet Etat. Toutefois, lorsque le débiteur des redevances, qu'il soit ou non un résident d'un Etat contractant, a dans un Etat contractant un établissement stable pour lequel l'engagement donnant lieu aux redevances a été contracté et qui supporte la charge de ces redevances, celles-ci sont considérées comme provenant de l'Etat où l'établissement stable est situé.

5. Les dispositions des paragraphes 1 et 2 ne s'appliquent pas lorsque le bénéficiaire effectif des redevances, résident d'un Etat contractant, exerce dans l'autre Etat contractant d'où proviennent les redevances, soit une activité industrielle ou commerciale par l'intermédiaire d'un établissement stable qui y est situé, soit une profession indépendante au moyen d'une base fixe qui y est située et que le droit ou le bien générateur des redevances s'y rattache effectivement. Dans ces cas, les dispositions de l'article 7 ou de l'article 14, suivant le cas, sont applicables.

6. Lorsque, en raison de relations spéciales existant entre le débiteur et le bénéficiaire ou que l'un et l'autre entretiennent avec de tierces personnes, le montant des redevances, compte tenu de la prestation pour laquelle elles sont payées, excède celui dont seraient convenus le débiteur et le bénéficiaire en l'absence de pareilles relations, les dispositions du présent article ne s'appliquent qu'à ce dernier

montant. Dans ce cas, la partie excédentaire des paiements reste imposable selon la législation de chaque Etat contractant et compte tenu des autres dispositions de la présente Convention.

Article 13. GAINS EN CAPITAL

1. Les gains provenant de l'aliénation de biens immobiliers, au sens du paragraphe 2 de l'article 6, sont imposables dans l'Etat contractant où ces biens sont situés.

2. Les gains provenant de l'aliénation de biens immobiliers qui font partie de l'actif d'un établissement stable qu'une entreprise d'un Etat contractant a dans l'autre Etat contractant, ou de biens immobiliers qui appartiennent à une base fixe dont un résident d'un Etat contractant dispose dans l'autre Etat contractant pour l'exercice d'une profession indépendante, y compris de tels gains provenant de l'aliénation de cet établissement stable (seul ou avec l'ensemble de l'entreprise) ou de cette base fixe, sont imposables dans cet autre Etat.

3. Les gains tirés par un résident d'un Etat contractant de l'aliénation de navires ou d'aéronefs exploités en trafic international, ou de biens mobiliers affectés à l'exploitation de ces navires ou aéronefs, ne sont imposables que dans cet Etat.

4. Les gains provenant de l'aliénation de tous biens ou droits autres que ceux visés aux paragraphes 1, 2 et 3 sont imposables dans les deux Etats contractants.

Article 14. PROFESSIONS INDÉPENDANTES

1. Les revenus qu'un résident de l'un des Etats contractants tire d'une profession libérale ou d'autres activités indépendantes de caractère analogue ne sont imposables que dans cet Etat, à moins que la rémunération de ces activités et services n'incombe à un établissement stable situé dans l'autre Etat contractant ou à une société qui est un résident de cet Etat. En pareil cas, les revenus sont imposables dans cet autre Etat.

2. L'expression « profession libérale » comprend notamment les activités indépendantes d'ordre scientifique, littéraire, artistique, éducatif ou pédagogique, ainsi que les activités indépendantes des médecins, avocats, ingénieurs, architectes, dentistes et comptables.

Article 15. PROFESSIONS DÉPENDANTES

1. Sous réserve des dispositions des articles 16, 18, 19, 20 et 21, les salaires, traitements et autres rémunérations similaires qu'un résident d'un Etat contractant reçoit au titre d'un emploi salarié ne sont imposables que cet Etat, à moins que l'emploi ne soit exercé dans l'autre Etat contractant. Si l'emploi y est exercé, les rémunérations reçues à ce titre sont imposables dans cet autre Etat.

2. Nonobstant les dispositions du paragraphe 1, les rémunérations qu'un résident d'un Etat contractant reçoit au titre d'un emploi salarié exercé dans l'autre Etat contractant ne sont imposables que dans le premier Etat si :

a) Le bénéficiaire séjourne dans l'autre Etat pendant une période ou des périodes n'excédant pas 183 jours au total au cours de l'année considérée; et

b) Les rémunérations sont payées par un employeur ou pour le compte d'un employeur qui n'est pas un résident de l'autre Etat; et

c) La charge des rémunérations n'est pas supportée par un établissement stable ou une base fixe que l'employeur a dans l'autre Etat.

3. Nonobstant les dispositions précédentes du présent article, les rémunérations perçues au titre d'un emploi salarié exercé à bord d'un navire ou d'un aéronef exploité en trafic international par un résident de l'un des Etats contractants peuvent être imposées dans cet Etat.

Article 16. TANTIÈMES

Les tantièmes, jetons de présence et autres rétributions similaires qu'un résident d'un Etat contractant reçoit en sa qualité de membre du conseil d'administration ou autre conseil d'une société qui est un résident de l'autre Etat contractant sont imposables dans cet autre Etat.

Article 17. REVENUS DES ARTISTES DU SPECTACLE ET DES SPORTIFS

1. Nonobstant les dispositions des articles 14 et 15, les revenus qu'un artiste du spectacle, tel qu'un artiste de théâtre, de cinéma, de la radio ou de la télévision, ou qu'un musicien, ou qu'un sportif tire de ses activités personnelles à ce titre, sont imposables dans l'Etat contractant où ces activités sont exercées.

2. Nonobstant toute autre disposition de la Convention, si les services visés au paragraphe 1 sont fournis dans l'un des Etats contractants par une entreprise de l'autre Etat contractant, les revenus qu'en tire cette entreprise peuvent être imposés dans le premier Etat contractant.

3. Les dispositions des paragraphes 1 et 2 du présent article ne s'appliquent pas aux revenus provenant d'activités exercées dans un Etat contractant par un professionnel du spectacle ou un sportif si la visite de celui-ci dans cet Etat contractant est en grande partie subventionnée par les fonds publics de l'autre Etat contractant ou parrainée par celui-ci, une de ses subdivisions politiques, une de ses collectivités locales ou un de ses organismes publics.

Article 18. PENSIONS

1. Sous réserve des dispositions de l'article 19, les pensions et autres rémunérations et les rentes provenant d'un Etat contractant et payées à un résident de l'autre Etat contractant sont imposables dans le premier Etat.

2. Au sens du présent article :

a) L'expression « pension et autre rémunération similaire » s'entend de versements périodiques effectués après la retraite au titre d'un emploi antérieur ou en réparation de préjudices corporels subis à l'occasion d'un emploi antérieur;

b) L'expression « rente », au sens du présent article, désigne toute somme fixe payable périodiquement à échéances fixes, la vie durant ou pendant un nombre d'années déterminé ou déterminable en vertu d'une obligation d'effectuer ces paiements souscrite en contrepartie d'un capital suffisant intégralement versé (mais non de services rendus).

Article 19. FONCTIONS PUBLIQUES

1. Les rémunérations, autres que les pensions, payées par l'un des Etats contractants, une de ses subdivisions politiques ou une de ses collectivités locales à une personne physique au titre de services rendus à cet Etat, à cette subdivision ou à cette collectivité ne sont imposables que dans cet Etat.

Toutefois, ces rémunérations ne sont imposables que dans l'Etat contractant dont le bénéficiaire est un résident si les services sont rendus dans cet Etat et si le bénéficiaire de la rémunération est un résident de cet Etat :

- a) Qui possède la nationalité de cet Etat; ou
- b) Qui n'est pas devenu résident de cet Etat à seule fin de rendre les services considérés.

2. Les pensions payées par l'un des Etats contractants, une de ses subdivisions politiques ou une de ses collectivités locales, soit directement, soit par prélèvement sur des fonds qu'ils ont constitués, à une personne physique au titre de services rendus à cet Etat, à cette subdivision ou à cette collectivité ne sont imposables que dans cet Etat.

Toutefois, ces pensions ne sont imposables que dans l'autre Etat contractant si l'intéressé est un résident de cet Etat et en possède la nationalité.

3. Les pensions versées par un régime de sécurité sociale d'un Etat contractant à un résident de l'autre Etat contractant ne sont imposables que dans le premier Etat.

4. Les dispositions des articles 15, 16 et 18 s'appliquent aux rémunérations et pensions payées au titre de services rendus dans le cadre d'une activité industrielle ou commerciale exercée par l'un des Etats contractants, une de ses subdivisions politiques ou une de ses collectivités locales.

Article 20. ENSEIGNANTS ET CHERCHEURS

1. Une personne physique qui est, ou qui était immédiatement avant son départ pour l'un des Etats contractants, un résident de l'autre Etat contractant et qui, à l'invitation du premier Etat contractant ou d'une université, d'un collège, d'une école, d'un musée ou d'une autre institution culturelle de ce premier Etat contractant, ou encore dans le cadre d'un programme officiel d'échanges culturels, est présent dans cet Etat pendant une période n'excédant pas deux années d'imposition consécutives à seule fin d'enseigner, de donner des conférences ou d'effectuer des recherches à ladite institution est exemptée d'impôt dans cet Etat sur la rémunération qu'elle perçoit au titre de cette activité, à condition que cette rémunération :

- a) Provienne de sources situées en dehors de cet Etat; ou
- b) Lorsque la rémunération provient de sources situées dans cet Etat, l'exonération soit limitée à vingt-quatre mille dollars des Etats-Unis (\$24 000) par an, ou à l'équivalent de ce montant en monnaie locale, ou à tout autre montant dont les autorités compétentes pourraient convenir dans un échange de lettres.

2. Les dispositions du présent article ne s'appliquent pas aux revenus qu'un enseignant ou un chercheur tire de recherches s'il s'agit de recherches menées essentiellement pour le profit particulier d'une ou de plusieurs personnes.

Article 21. ETUDIANTS ET STAGIAIRES

1. Une personne physique qui est, ou qui était immédiatement avant de se rendre dans l'un des Etats contractants, un résident de l'autre Etat contractant et qui séjourne dans le premier Etat contractant uniquement :

a) En qualité d'étudiant dans une université, un collège ou une école du premier Etat contractant, ou

b) Comme titulaire d'une bourse, d'une subvention ou d'un prix attribués par une institution de caractère confessionnel, philanthropique, scientifique ou éducatif;

c) Au titre d'un programme d'assistance technique auquel participe le gouvernement de l'autre Etat contractant;

d) Comme stagiaire,

est exemptée d'impôt dans le premier Etat contractant pendant une période n'excédant pas deux années d'imposition consécutives sur le montant de cette bourse, de cette subvention ou de ce prix et sur les sommes qu'elle reçoit de l'étranger pour couvrir ses frais d'entretien, d'études ou de formation.

2. Une personne physique qui est, ou qui était immédiatement avant de se rendre dans l'un des Etats contractants, un résident de l'autre Etat contractant et qui séjourne dans le premier Etat contractant aux seules fins de ses études ou de sa formation est exemptée d'impôt dans le premier Etat contractant pendant une période n'excédant pas deux années d'imposition consécutives sur la rémunération provenant d'un emploi dans cet Etat.

3. Les montants visés aux paragraphes 1 et 2 s'élèvent à douze mille dollars des Etats-Unis (\$12 000) par an, ou à l'équivalent de cette somme en monnaie locale, ou à tout autre montant dont les autorités compétentes pourraient convenir par un échange de lettres.

Article 22. AUTRES REVENUS

Les éléments du revenu d'un résident d'un Etat contractant qui proviennent de l'autre Etat contractant et qui ne sont pas traités dans les articles précédents de la présente Convention sont imposables dans cet autre Etat.

Article 23. MÉTHODES D'ÉLIMINATION DE LA DOUBLE IMPOSITION

1. Lorsqu'un résident d'un Etat contractant perçoit des revenus qui, en vertu des dispositions de la présente Convention, peuvent être imposés par l'autre Etat contractant, le premier Etat contractant admet en déduction de l'impôt sur le revenu de l'intéressé une somme égale à l'impôt sur le revenu payé dans l'autre Etat contractant.

Toutefois, le montant déduit ne peut pas dépasser la part de l'impôt, calculé avant la déduction, qui correspond au revenu imposable dans l'autre Etat contractant.

2. Aux fins de la déduction indiquée au paragraphe 1, l'impôt brésilien et l'impôt philippin sont toujours réputés acquittés au taux de 25 p. 100 dans les cas suivants :

a) Les dividendes visés au paragraphe 2 de l'article 10;

- b) Les intérêts visés au paragraphe 2 de l'article 11; et
- c) Les redevances visées au paragraphe 2 de l'article 12.

3. Lorsqu'il s'agit d'une société résidente d'un Etat contractant qui détient plus de 15 p. 100 des actions donnant droit au vote d'une société résidente de l'autre Etat contractant dont elle reçoit des dividendes au cours d'une quelconque année d'imposition, le premier Etat contractant admet également en déduction un montant approprié au titre des impôts acquittés ou exigibles dans l'autre Etat contractant par la société payant les dividendes sur les bénéfices servant au paiement des dividendes, y compris au titre des impôts qui auraient été acquittés ou exigibles si l'impôt de cet autre Etat contractant n'avait pas fait l'objet d'une exonération ou d'une réduction en vertu des mesures spéciales d'incitation prises pour promouvoir son développement économique. Toutefois, le montant déduit ne peut pas dépasser la part de l'impôt, calculé avant la déduction, qui correspond au revenu imposable dans l'autre Etat contractant.

Article 24. NON-DISCRIMINATION

1. Les nationaux de l'un des Etats contractants ne sont soumis dans l'autre Etat contractant à aucune imposition ou obligation y relative qui est autre ou plus lourde que celles auxquelles sont ou pourraient être assujettis, dans les mêmes circonstances, les nationaux de cet autre Etat.

2. L'établissement stable qu'une entreprise de l'un des Etats contractants a dans l'autre Etat contractant n'est pas imposé d'une façon moins favorable dans cet autre Etat que les entreprises de ce dernier qui exercent les mêmes activités. Cette disposition ne peut être interprétée comme obligeant un Etat contractant à accorder aux résidents de l'autre Etat contractant les déductions personnelles, abattements et réductions d'impôt en fonction de la situation ou des charges de famille qu'il accorde à ses propres résidents.

3. Les entreprises de l'un des Etats contractants dont le capital est en totalité ou en partie, directement ou indirectement, détenu ou contrôlé par un ou plusieurs résidents de l'autre Etat contractant ne sont assujetties dans le premier Etat à aucune imposition ou obligation y relative autres ou plus lourdes que celles auxquelles sont ou pourraient être assujetties les autres entreprises similaires du premier Etat dont le capital est en totalité ou en partie, directement ou indirectement, détenu ou contrôlé par un ou plusieurs résidents d'un Etat tiers.

4. Nonobstant les dispositions précédentes du présent article, chacun des Etats contractants peut, pour promouvoir des activités industrielles ou commerciales nécessaires, limiter à ses nationaux le bénéfice des incitations fiscales qu'il accorde à cette fin.

5. Dans le présent article, le mot « imposition » désigne les impôts qui font l'objet de la présente Convention.

Article 25. PROCÉDURE AMIABLE

1. Lorsqu'un résident de l'un des Etats contractants estime que les mesures prises par l'un des Etats contractants ou par les deux entraînent ou entraîneront pour lui une imposition non conforme à la présente Convention, il peut, indépendamment des recours prévus par le droit interne de ces Etats, soumettre son cas à l'autorité compétente de l'Etat contractant dont il est un résident.

2. L'autorité compétente s'efforce, si la réclamation lui paraît fondée et faute de pouvoir elle-même apporter une solution appropriée, de régler l'affaire par voie d'accord amiable avec l'autorité compétente de l'autre Etat contractant en vue d'éviter une imposition non conforme à la Convention.

3. Un Etat contractant ne peut, cinq ans après l'expiration de la période d'imposition au cours de laquelle les revenus considérés ont été acquis, accroître le revenu imposable d'un résident en y incluant des éléments de revenu qui ont été assujettis à l'impôt dans l'autre Etat contractant. Les dispositions du présent paragraphe ne s'appliquent pas en cas de fraude, de défaut délibéré de paiement ou de négligence.

4. Les autorités compétentes des Etats contractants s'efforcent, par voie d'accord amiable, de résoudre les difficultés ou de dissiper les doutes que peuvent susciter l'interprétation ou à l'application de la Convention.

5. Les autorités compétentes des Etats contractants peuvent communiquer directement entre elles en vue de parvenir à un accord dans le sens prévu aux paragraphes précédents.

Article 26. ECHANGE DE RENSEIGNEMENTS

1. Les autorités compétentes des Etats contractants échangent les renseignements nécessaires aux fins d'application de la présente Convention. Les renseignements ainsi échangés sont tenus secrets et sont exclusivement communiqués aux personnes, autorités ou tribunaux qui participent à l'établissement ou au recouvrement des impôts visés dans la présente Convention ou encore aux poursuites ou décisions sur recours connexes.

2. Les dispositions du paragraphe 1 ne peuvent en aucun cas être interprétées comme imposant à l'un des Etats contractants l'obligation :

a) De mettre en œuvre des mesures administratives dérogeant à sa législation ou à sa pratique administrative ou à celles de l'autre Etat contractant;

b) De fournir des renseignements auxquels sa législation ou sa pratique administrative normale ou celles de l'autre Etat contractant ne permettent pas d'avoir accès;

c) De fournir des renseignements qui reviendraient à révéler un secret commercial, industriel, professionnel ou un procédé commercial, ou dont la divulgation serait contraire à l'ordre public.

Article 27. AGENTS DIPLOMATIQUES ET FONCTIONNAIRES CONSULAIRES

Les dispositions de la présente Convention s'entendent sans préjudice des privilèges fiscaux accordés aux agents diplomatiques ou aux fonctionnaires consulaires en vertu des règles générales du droit international ou des dispositions d'accords particuliers.

Article 28. ENTRÉE EN VIGUEUR

1. La présente Convention sera ratifiée et les instruments de ratification seront échangés à Manille, aussitôt que possible.

2. La Convention entrera en vigueur dès l'échange des instruments de ratification et ses dispositions seront applicables pour la première fois :

- I) En ce qui concerne les impôts retenus à la source, aux sommes payées ou créditées à compter du 1^{er} janvier de l'année civile suivant celle de l'entrée en vigueur de la Convention;
- II) En ce qui concerne les autres impôts visés dans la présente Convention, à l'année d'imposition commençant le 1^{er} janvier de l'année civile suivant celle de l'entrée en vigueur de la Convention, ou postérieurement.

Article 29. DÉNONCIATION

Chacun des Etats contractants peut dénoncer la présente Convention à l'expiration d'une période de trois ans à compter de la date d'entrée en vigueur de la Convention en adressant à l'autre Etat contractant, par la voie diplomatique, un avis écrit de dénonciation, le 30 juin au plus tard de toute année civile.

En pareil cas, la Convention s'appliquera pour la dernière fois :

- I) En ce qui concerne les impôts retenus à la source, aux montants payés ou crédités avant l'expiration de l'année civile au cours de laquelle la dénonciation a été notifiée;
- II) En ce qui concerne les autres impôts faisant l'objet de la présente Convention, aux montants reçus durant l'année d'imposition commençant pendant l'année civile au cours de laquelle la dénonciation a été notifiée.

EN FOI DE QUOI, les soussignés, dûment habilités à cet effet, ont signé la présente Convention.

FAIT à Brasília, en double exemplaire, le 29 septembre 1983, en langues portugaise et anglaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement
de la République fédérative du Brésil :
[JOÃO CLEMENTE BAENA SOARES]

Pour le Gouvernement
de la République des Philippines :
[SERGIO A. BARREAS]

PROCOLE

Lors de la signature de la Convention entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République des Philippines tendant à éviter la double imposition et à prévenir l'évasion fiscale en matière d'impôts sur le revenu, les soussignés, à ce dûment autorisés, sont convenus des dispositions suivantes qui forment partie intégrante de la Convention.

1. *En ce qui concerne l'article premier :*

Il est entendu que les Philippines auront le droit d'imposer ceux de leurs citoyens qui ne sont pas résidents des Philippines conformément à la législation philippine, mais que le Brésil ne sera pas tenu de leur accorder une déduction au titre de cet impôt.

Au cas où les revenus tirés par ses citoyens seraient imposés conformément à la phrase précédente, les Philippines admettraient en déduction du revenu imposable un montant égal à celui de l'impôt sur le revenu acquitté au Brésil.

2. *En ce qui concerne l'article 3, paragraphe 1, alinéa e :*

Il est entendu que dans le cas des Philippines, le terme « personne » au sens desdites dispositions englobe une succession ou une « fiducie » reconnus comme tels par la législation philippine.

3. *En ce qui concerne l'article 5, paragraphe 3 :*

Il est entendu qu'on ne considère pas qu'il y a établissement stable si une installation fixe d'affaires est utilisée aux seules fins de l'exercice cumulé d'activités visées aux alinéas *a* à *e* dudit article et dudit paragraphe, à condition que l'activité d'ensemble de l'installation résultant de ce cumul garde un caractère préparatoire ou auxiliaire.

4. *En ce qui concerne l'article 7, paragraphe 3 :*

Il est entendu que les dispositions du paragraphe 3 de l'article 7 :

a) Ne seront pas comprises comme signifiant que les dépenses exposées aux fins de l'établissement stable, y compris les dépenses de direction et les frais généraux d'administration, seront admises en déduction, qu'elles aient été exposées dans l'Etat dans lequel l'établissement stable est situé ou ailleurs; et

b) S'entendent sans préjudice des dispositions du droit interne brésilien ou philippin concernant les montants (autres que ceux afférents au remboursement de dépenses effectives) payés ou imputés par l'établissement stable au siège de l'entreprise, ou à l'un de ses autres bureaux, au titre de :

- i) Redevances, honoraires ou autres paiements similaires pour l'exploitation de brevets ou autres droits;
- ii) Commission pour des prestations déterminées ou pour des services de gestion;
- iii) Intérêts sur des sommes prêtées à l'établissement stable, sauf lorsqu'il s'agit d'un établissement bancaire.

5. *En ce qui concerne l'article 8 :*

Il est entendu que l'impôt imposé par l'un des Etats contractants sur les bénéfices provenant de sources situées dans cet Etat et tirés par un résident de l'autre

Etat contractant de l'exploitation de navires ou d'aéronefs en trafic international n'excédera pas le plus petit des deux chiffres suivants :

a) Un et demi pour cent des revenus bruts tirés de sources situées dans ledit Etat; et

b) Le taux le plus bas de l'impôt philippin applicable aux bénéficiaires de même nature tirés dans des circonstances analogues par un résident d'un Etat tiers.

6. *En ce qui concerne l'article 10, paragraphe 4 :*

Il est entendu que, dans le cas du Brésil, le terme « dividendes » inclut aussi les sommes distribuées au titre de parts d'un Fonds de placement qui est un résident du Brésil.

7. *En ce qui concerne l'article 12 :*

Il est entendu que :

a) Dans le cas des Philippines, le taux prescrit au paragraphe 2, alinéa *b* n'est applicable qu'aux redevances payées par une entreprise enregistrée auprès du « Philippine Board of investment » et exerçant son activité dans des domaines réputés préférentiels. Dans tous les autres cas, le taux d'imposition ne doit pas dépasser 25 p. 100 du montant brut des redevances payées.

b) Les dispositions du paragraphe 3 s'appliqueront aux paiements de toute nature reçus en contrepartie de prestations d'assistance technique et de services techniques.

8. *En ce qui concerne l'article 14 :*

Il est entendu que les dispositions de l'article 14 s'appliquent même si les activités sont exercées par une société civile (« Sociedade civil »).

9. *En ce qui concerne l'article 16 :*

Il est entendu que toute rémunération reçue par une personne à laquelle s'applique l'article 16 d'une société au titre de l'exercice régulier de fonctions de direction ou de fonctions techniques peut être imposée conformément aux dispositions de l'article 15 (Professions dépendantes).

10. *En ce qui concerne l'article 24, paragraphe 2 :*

Il est entendu que les dispositions du paragraphe 5 de l'article 10 ne sont pas incompatibles avec les dispositions du paragraphe 2 de l'article 24.

11. *En ce qui concerne l'article 24, paragraphe 3 :*

Les dispositions de la législation brésilienne aux termes desquelles les redevances visées au paragraphe 3 de l'article 12, payées par une société qui est un résident du Brésil à une personne qui n'est pas un résident du Brésil et qui détient au moins 50 p. 100 des actions assorties d'un droit de vote de cette société, ne sont pas déductibles lors du calcul du revenu imposable de la société qui réside au Brésil, ne sont pas incompatibles avec les dispositions du paragraphe 3 de l'article 24 de la présente Convention.

FAIT à Brasília, le 29 septembre 1983, en double exemplaire, en langues portugaise et anglaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement
de la République fédérative du Brésil :
[JOÃO CLEMENTE BAENA SOARES]

Pour le Gouvernement
de la République des Philippines :
[SERGIO A. BARREAS]